



Demonstrações Contábeis Consolidadas Intermediárias BrGaap

30 de Setembro de 2018

ÍNDICE GERAL

Página

Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	11
Relatório do Auditor Independente	104
Parecer do Conselho Fiscal	107

Balço Patrimonial Consolidado Intermediário

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
CIRCULANTE	575.366.310	578.542.521	588.652.377
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	10.610.264	11.451.854	9.214.815
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	184.590.907	144.232.795	161.670.778
Aplicações no mercado aberto	173.754.421	130.911.089	149.348.174
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.836.615	13.322.183	12.322.613
Provisões para perdas	(129)	(477)	(9)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	115.281.192	123.013.495	114.263.341
Carteira própria - livre	70.067.854	34.812.304	31.567.718
Vinculados a compromissos de recompra	37.561.003	83.718.783	71.866.011
Instrumentos financeiros derivativos	783.833	35.581	119.179
Vinculados ao Banco Central	1.235.672	1.178.579	1.158.187
Vinculados a prestação de garantias	5.632.830	3.268.248	4.437.849
Carteira de livre movimentação			5.114.397
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	101.842.797	127.568.940	123.131.557
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.653.200	25.515	1.012.285
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	99.247.359	126.690.810	121.259.257
Correspondentes	942.238	852.615	860.015
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	37.540	28.068	24.160
Recursos em trânsito de terceiros	453	326	1.312
Transferências internas de recursos	37.087	27.742	22.848
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	121.491.160	129.931.721	133.225.398
Setor público	7.567.503	8.044.383	6.100.106
Setor privado	127.217.733	136.716.197	141.809.281
Operações de crédito vinculadas à cessão	1.596.150	1.752.600	1.804.763
Provisão para operações de crédito	(14.890.226)	(16.581.459)	(16.488.752)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	31.392.396	34.028.485	40.054.611
Créditos por avais e fianças honrados	35.900	31.336	31.862
Carteira de câmbio	3.696.977	3.549.748	4.383.789
Rendas a receber	2.759.575	2.294.687	2.330.263
Negociação e intermediação de valores	89.176	813	16.956
Créditos específicos	1.036.053	1.001.150	984.237
Diversos	24.337.208	27.727.294	32.925.519
Provisão para outros créditos	(562.493)	(576.543)	(618.015)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	10.120.054	8.287.163	7.067.717
Outros valores e bens	10.219.471	7.948.678	7.129.527
Provisões para perdas	(855.002)	(272.551)	(251.819)
Despesas antecipadas	755.585	611.036	190.009

Balço Patrimonial Consolidado Intermediário

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
NÃO CIRCULANTE	706.403.367	682.225.054	681.503.904
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	694.767.108	670.404.216	670.042.421
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	2.008.706		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.008.706		
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	86.774.027	65.121.666	65.936.163
Carteira própria - livre	63.154.141	35.972.597	15.154.170
Vinculados a compromissos de recompra	17.614.368	27.006.500	49.261.395
Instrumentos financeiros derivativos	524.756	961.631	360.178
Vinculados a prestação de garantias	5.480.762	1.180.938	1.160.420
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	28.604.900	27.919.116	29.361.172
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	28.604.900	27.919.116	29.361.172
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	527.420.453	528.303.295	532.179.168
Setor público	50.290.248	49.600.219	47.807.277
Setor privado	488.155.442	488.681.532	492.474.204
Operações de crédito vinculadas à cessão	9.135.274	10.355.526	10.726.513
Provisão para operações de crédito	(20.160.511)	(20.333.982)	(18.828.826)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	49.959.022	49.060.139	42.565.918
Diversos	49.970.425	49.070.794	42.576.530
Provisão para outros créditos	(11.403)	(10.655)	(10.612)
PERMANENTE	11.636.259	11.820.838	11.461.483
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.917.389	5.540.551	5.535.111
Participações em coligadas e controladas:	5.218.213	4.869.969	4.868.557
No país	5.218.213	4.869.969	4.868.557
Outros investimentos	782.680	782.680	782.680
Provisão para perdas	(83.504)	(112.098)	(116.126)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	2.932.575	3.065.388	2.934.397
Imóveis de uso	2.591.409	2.292.598	2.021.551
Reavaliações de imóveis de uso	690.104	693.987	706.183
Outras imobilizações de uso	8.028.745	7.776.974	7.702.956
Depreciações acumuladas	(8.377.683)	(7.698.171)	(7.496.293)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.786.295	3.214.899	2.991.975
Ativos intangíveis	4.788.948	5.115.260	4.987.774
Amortizações acumuladas	(2.002.653)	(1.900.361)	(1.995.799)
TOTAL	1.281.769.677	1.260.767.575	1.270.156.281

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Balço Patrimonial Consolidado Intermediário

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
CIRCULANTE	689.417.034	679.973.805	669.950.392
DEPÓSITOS (Nota 14)	438.794.333	412.992.266	403.203.099
Depósitos à vista	28.306.129	32.398.707	28.150.331
Depósitos de poupança	291.400.033	276.693.320	267.000.613
Depósitos interfinanceiros	370.969	425.953	463.350
Depósitos a prazo	109.054.680	92.561.172	97.182.247
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.662.521	10.913.088	10.406.519
Outros depósitos	1	26	39
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	149.193.536	140.486.574	155.462.097
Carteira própria	42.059.456	101.921.284	119.902.570
Carteira de terceiros	107.134.080	38.565.290	31.123.088
Carteira de livre movimentação			4.436.439
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16 (a) e (c))	39.389.076	62.515.796	49.849.329
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	39.099.179	62.361.482	49.581.429
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	289.897	154.314	267.900
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.671.273	80.162	1.617.532
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1.654.166	58.113	1.602.508
Correspondentes	17.107	22.049	15.024
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	797.640	1.366.748	676.523
Recursos em trânsito de terceiros	629.747	1.260.046	616.392
Transferências internas de recursos	167.893	106.702	60.131
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.211.639	1.507.793	1.265.364
Tesouro Nacional - PIS	116.710	399.970	354.121
BNDES	482.062	1.024.075	866.164
FGTS	611.210	81.972	43.264
Outras	1.657	1.776	1.815
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (i))	348.130	230.448	70.744
Instrumentos financeiros derivativos	348.130	230.448	70.744
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	58.011.407	60.794.018	57.805.704
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.317.565	416.763	2.016.494
Carteira de câmbio	985.749	149.371	373.454
Sociais e estatutárias	3.240.855	3.686.370	2.291.821
Fiscais e previdenciárias	1.649.578	2.285.716	2.701.832
Negociação e intermediação de valores	2.503	45.770	51.357
Recursos para destinação específica:	10.309.098	13.766.453	8.214.764
Obrigações de operações com loterias	728.291	944.164	814.970
Obrigações por fundos e programas sociais	7.231.488	6.076.527	6.286.756
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	2.349.319	6.745.762	1.113.038
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.258.291	54.115	1.156.727
Dívidas subordinadas	1.161.414	1.047.814	1.031.590
Diversas	38.086.354	39.341.646	39.967.665

Balço Patrimonial Consolidado Intermediário

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
NÃO CIRCULANTE	507.809.658	509.410.217	532.921.145
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	507.809.658	509.410.217	532.921.145
DEPÓSITOS (Nota 14)	76.031.185	93.233.297	106.858.701
Depósitos interfinanceiros	20.559	151.448	185.232
Depósitos a prazo	76.010.626	93.081.849	106.673.469
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	12.855.218	8.040.692	1.365.235
Carteira própria	12.855.218	8.040.692	1.365.235
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16 (a) e (c))	55.127.538	65.694.389	89.159.445
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	43.011.390	55.166.852	76.324.539
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	12.116.148	10.527.537	12.834.906
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	2.505.371	2.147.951	3.294.585
Empréstimos no exterior	2.505.371	2.147.951	3.294.585
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	290.849.844	268.046.149	258.806.733
Tesouro Nacional - PIS	38.554		172.368
BNDES	28.525.591	29.790.078	30.318.473
FGTS	259.318.425	235.538.406	225.666.488
Outras	2.967.274	2.717.665	2.649.404
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (i))	50	400.763	1.086.504
Instrumentos financeiros derivativos	50	400.763	1.086.504
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	67.615	55.530	53.806
Repasse do exterior	67.615	55.530	53.806
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	70.372.837	71.791.446	72.296.136
Fiscais e previdenciárias	120.233	127.958	130.327
Recursos para destinação específica:	5.773.276	4.083.821	3.669.857
Obrigações por fundos e programas sociais	5.773.276	4.083.821	3.669.857
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.219.280	3.266.583	
Dívidas subordinadas	9.282.674	9.695.095	9.813.289
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	25.714.198	24.956.210	24.207.963
Diversas	28.263.176	29.661.779	34.474.700
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	84.542.985	71.383.553	67.284.744
Capital social:	30.193.024	29.630.119	24.837.171
Capital de domiciliados no país	45.000.000	45.000.000	35.000.000
Aumento de capital	562.905	4.792.948	
Capital a realizar	(15.369.881)	(20.162.829)	(10.162.829)
Instrumento elegível ao capital principal	40.242.618	36.975.702	36.975.702
Reserva de reavaliação	341.278	352.348	350.329
Reservas de lucros	13.910.195	13.923.642	9.527.076
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.620.629)	(9.498.258)	(8.848.625)
Lucros/Prejuízos acumulados	7.476.499		4.443.091
TOTAL	1.281.769.677	1.260.767.575	1.270.156.281

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Demonstração Consolidada Intermediária do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado Setembro	3º trimestre	Acumulado Setembro (Nota 3(n))
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.389.815	84.271.599	31.404.023	102.163.194
Operações de crédito (Nota 8 (e))	19.733.384	59.174.312	21.594.062	67.285.672
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (b) e 6 (d))	6.294.044	18.198.890	9.456.336	29.837.726
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	384.445	557.122	(2.212.412)	(3.887.438)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	277.412	1.125.353		25.228
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	1.689.847	5.181.617	2.549.743	8.843.331
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.1))	10.683	34.305	16.294	58.675
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(18.222.099)	(56.249.468)	(22.249.966)	(78.313.733)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (b); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(10.754.544)	(32.418.913)	(14.379.823)	(51.065.052)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(4.536.034)	(13.349.432)	(4.183.126)	(12.873.747)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))			(206.978)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.2))	(221.451)	(693.622)	(276.678)	(924.600)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(2.710.070)	(9.787.501)	(3.203.361)	(13.450.334)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.167.716	28.022.131	9.154.057	23.849.461
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.539.335)	(12.262.879)	(5.734.584)	(16.407.029)
Receitas de prestação de serviços (Nota 21 (a))	5.412.631	15.064.935	4.815.805	14.292.401
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21 (b))	1.698.205	5.069.835	1.483.628	4.236.562
Despesas de pessoal (Nota 22)	(5.252.784)	(15.669.482)	(5.598.158)	(16.862.701)
Outras despesas administrativas (Nota 23)	(3.018.560)	(8.663.868)	(2.924.540)	(8.702.795)
Despesas tributárias (Nota 27)	(1.027.423)	(3.060.523)	(971.504)	(2.953.119)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11 (b))	324.965	1.021.749	259.098	570.685
Outras receitas operacionais (Nota 24)	2.429.505	6.376.707	2.718.146	6.661.769
Outras despesas operacionais (Nota 25)	(4.105.874)	(12.402.232)	(5.517.059)	(13.649.831)
RESULTADO OPERACIONAL	6.628.381	15.759.252	3.419.473	7.442.432
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 26)	(236.238)	(983.271)	(211.694)	(418.849)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.392.143	14.775.981	3.207.779	7.023.583
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	(843.574)	(1.568.188)	(726.937)	(52.701)
Tributos correntes	(617.123)	(2.864.916)	(296.509)	(1.537.343)
Ativo fiscal diferido	(376.061)	350.965	(146.542)	2.037.982
Passivo fiscal diferido	149.610	945.763	(283.886)	(553.340)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(735.136)	(1.739.336)	(312.391)	(728.087)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.813.433	11.468.457	2.168.451	6.242.795

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Demonstração Consolidada Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	36.453.645	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		63.633.589
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.737.590)		(1.737.590)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			(8.512)					(8.512)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(7.185)	(7.185)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(20.257)				20.257	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		522.057						522.057
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS							73	73
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							6.242.795	6.242.795
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				203.690			(203.690)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					248.676		(248.676)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)								
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.359.937)	(1.359.937)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(546)	(546)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	24.837.171	36.975.702	350.329	3.006.218	6.520.858	(8.848.625)	4.443.091	67.284.744
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	29.630.119	36.975.702	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)		71.383.553
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						1.877.629		1.877.629
AUMENTO DE CAPITAL	562.905				(562.905)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			7.725					7.725
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(6.627)	(6.627)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(17.263)				17.263	
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.532)					(1.532)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		3.266.916						3.266.916
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							11.468.457	11.468.457
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				291.633			(291.633)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					257.825		(257.825)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)								
Juros sobre o capital próprio propostos							(2.179.572)	(2.179.572)
Dividendos propostos							(15.287)	(15.287)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(1.258.277)	(1.258.277)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	30.193.024	40.242.618	341.278	2.315.970	11.594.225	(7.620.629)	7.476.499	84.542.985

Demonstração Consolidada Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	24.837.171	36.975.702	364.105	3.006.218	6.520.858	(8.439.954)	2.612.740	65.876.840
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(408.671)		(408.671)
AUMENTO DE CAPITAL								
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			(8.512)					(8.512)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(2.369)	(2.369)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(5.264)				5.264	
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS							73	73
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							2.168.451	2.168.451
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)								
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)								
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)								
Juros sobre o capital próprio propostos							(341.068)	(341.068)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	24.837.171	36.975.702	350.329	3.006.218	6.520.858	(8.848.625)	4.443.091	67.284.744
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	29.630.119	40.242.618	345.933	2.315.970	12.157.130	(8.290.875)	3.967.020	80.367.915
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						670.246		670.246
AUMENTO DE CAPITAL	562.905				(562.905)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			2.445					2.445
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(1.093)	(1.093)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(7.100)				5.568	(1.532)
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO								
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							4.813.433	4.813.433
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)								
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)								
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)								
Juros sobre o capital próprio propostos							(872.519)	(872.519)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(435.910)	(435.910)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	30.193.024	40.242.618	341.278	2.315.970	11.594.225	(7.620.629)	7.476.499	84.542.985

Demonstração Consolidada Intermediária dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	9.275.341	24.414.245	7.238.109	20.777.315
Lucro Líquido	4.813.433	11.468.457	2.168.451	6.242.795
Ajustes ao Lucro Líquido:	4.461.908	12.945.788	5.069.658	14.534.520
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	213.422	(354.532)	(335.153)	(2.535.058)
(Ganho)/Perda em Investimentos	10.561	644.911	(104.016)	209.588
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(145)	(59)		(10)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(9.972)	96.522	53.115	112.885
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.710.070	9.787.501	3.203.361	13.450.334
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	432.400	1.466.318	638.354	1.755.375
Depreciações e Amortizações	434.560	1.325.300	451.069	1.360.083
Impostos Diferidos	226.451	(1.296.728)	430.428	(1.484.642)
Despesas com provisões para causas judiciais	312.505	1.077.436	586.189	1.061.886
Resultado de Participação em Coligadas	(324.965)	(1.021.749)	(259.098)	(570.685)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	457.021	1.220.868	405.409	1.174.764
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(8.988.190)	19.375.549	14.912.169	(4.734.972)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(8.360.628)	(20.449.742)	2.598.547	4.679.023
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(2.886.768)	10.669.831	18.656.633	11.631.088
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	3.507.714	27.443.451	6.491.093	(1.600.481)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(993.313)	(811.981)	(514.465)	(1.196.337)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	39.097	(578.580)	46.566	(565.825)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(1.387.546)	59.490	(31.674)	(17.148.338)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.193.702)	2.510.346	(1.008.269)	(2.447.562)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(962.126)	(1.929.413)	(566.553)	(1.997.383)
(Redução) Aumento em Depósitos	4.303.097	8.599.955	(17.970.481)	(2.128.711)
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	11.786.900	13.521.488	10.799.888	(2.600.665)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(10.367.400)	(33.693.571)	(6.310.373)	(15.085.655)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(155.961)	(283.031)	150.834	84.437
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	6.568.639	22.877.046	6.429.889	18.974.321
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(10.049.148)	(11.449.485)	(4.344.593)	3.576.847
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.162.955	2.889.745	485.127	1.090.269
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	287.151	43.789.794	22.150.278	16.042.343
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(21.625.210)	(22.413.146)	(11.457.051)	(16.968.064)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	2.543.631	55.418	(299.749)	8.972.251
Alienação de Imobilizado de Uso	4.984	29.998	278	3.831
Aquisição de Imobilizado de Uso	(258.112)	(589.423)	(93.760)	(238.101)
Baixa de Intangível		1.790	1.395	298.046
Aquisição de Intangível	(78.239)	(206.189)	(227.466)	(445.728)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(19.412.946)	(23.121.552)	(12.076.353)	(8.377.765)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Incorporação de remuneração de IHCD		3.266.916		522.057
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos		(2.804.317)		
Remuneração IHCD pago		(55.355)		(460.780)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	407.244	-	61.277
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19.125.795)	21.075.486	10.073.925	7.725.855
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA				
Caixa e Equivalentes no início do período	182.564.223	142.362.942	148.489.064	150.837.134
Caixa e Equivalentes no fim do período	163.438.428	163.438.428	158.562.989	158.562.989
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(19.125.795)	21.075.486	10.073.925	7.725.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Demonstração Consolidada Intermediária do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018				2017			
	3º trimestre		Acumulado Setembro		3º trimestre		Acumulado Setembro	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	34.983.848		100.012.304		36.799.569		113.484.743	
Intermediação financeira	28.389.815		84.271.599		31.197.045		102.163.194	
Prestação de serviços com tarifas	7.110.836		20.134.770		6.299.433		18.528.963	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(2.710.070)		(9.787.501)		(3.203.361)		(13.450.334)	
Outras	2.193.267		5.393.436		2.506.452		6.242.920	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.512.029		46.461.967		18.839.627		64.863.399	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	6.324.969		18.633.067		7.610.671		19.844.253	
Materiais, energia e outros	651.140		1.921.707		617.718		1.842.517	
Processamento de dados e comunicações	548.758		1.522.522		485.833		1.499.903	
Propaganda, publicidade e promoções	185.174		378.710		147.964		374.288	
Serviços de terceiros e especializados	610.382		1.745.374		613.298		1.808.723	
Serviços de vigilância e segurança	223.641		662.522		228.799		668.991	
Outras	4.105.874		12.402.232		5.517.059		13.649.831	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	415.382		1.053.580		661.529		1.760.170	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	884.399		2.350.133		672.543		1.894.507	
- Descontos de operações de crédito	108.008		530.194		794.324		1.109.583	
- Despesas com cartão de crédito/débito	215.647		709.024		260.384		691.321	
- Benefício pós-emprego	432.400		1.466.318		638.354		1.755.375	
- Provisões operacionais diversas	738.189		2.404.875		1.354.377		3.706.018	
- Demais	1.311.849		3.888.108		1.135.548		2.732.857	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	13.146.850		34.917.270		10.349.271		28.777.091	
5. RETENÇÕES	434.560		1.325.300		451.069		1.360.083	
Depreciação, amortização e exaustão	434.560		1.325.300		451.069		1.360.083	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	12.712.290		33.591.970		9.898.202		27.417.008	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	324.965		1.021.749		259.098		570.685	
Resultado de equivalência patrimonial	324.965		1.021.749		259.098		570.685	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	13.037.255		34.613.719		10.157.300		27.987.693	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13.037.255	100,00	34.613.719	100,00	10.157.300	100,00	27.987.693	100,00
Pessoal	5.254.925	40,31	15.297.128	44,19	5.199.086	51,19	15.471.328	55,28
- Remuneração direta	4.083.022		11.750.816		4.088.314		11.966.471	
- Benefícios	934.728		2.858.016		877.766		2.805.447	
- FGTS	237.175		688.296		233.006		699.410	
Impostos, taxas e contribuições	2.603.992	19,97	6.740.401	19,47	2.409.904	23,73	5.125.280	18,31
- Federais	2.403.571		6.069.058		2.213.271		4.476.417	
- Estaduais	226		1.045		410		924	
- Municipais	200.195		670.298		196.223		647.939	
Remuneração de capitais de terceiros	364.905	2,80	1.107.733	3,20	379.859	3,74	1.148.290	4,10
- Aluguéis	364.905		1.107.733		379.859		1.148.290	
Remuneração de capitais próprios	1.308.430	10,04	3.437.850	9,93	341.069	3,36	1.360.484	4,86
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	872.519		2.179.572		341.069		1.359.938	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	435.911		1.258.278				546	
Lucros retidos	3.505.003	26,88	8.030.607	23,20	1.827.382	17,99	4.882.311	17,44

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	12
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.....	14
Nota 3 – Principais práticas contábeis	16
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	22
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	22
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	24
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	33
Nota 8 – Carteira de crédito	35
Nota 9 – Outros créditos.....	41
Nota 10 – Outros valores e bens	43
Nota 11 – Investimentos	45
Nota 12 – Imobilizado de uso	47
Nota 13 – Intangível.....	49
Nota 14 – Depósitos	50
Nota 15 – Captações no mercado aberto	54
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	55
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	56
Nota 18 – Outras obrigações.....	57
Nota 19 – Patrimônio líquido	62
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).....	64
Nota 21 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	66
Nota 22 – Despesas com pessoal.....	67
Nota 23 – Outras despesas administrativas.....	67
Nota 24 – Outras receitas operacionais	68
Nota 25 – Outras despesas operacionais	68
Nota 26 – Resultado não operacional	69
Nota 27 – Despesas tributárias	69
Nota 28 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias	70
Nota 29 – Benefícios a empregados	74
Nota 30 – Partes relacionadas	95
Nota 31 – Gerenciamento de riscos e de capital	100
Nota 32 – Outras informações.....	102
Nota 33 – Eventos subsequentes.....	102

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (“Caixa” ou “Instituição”) é uma instituição financeira, constituída por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, seja como instituição financeira ou agente de políticas públicas e principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes rede de atendimento de 55,5 mil pontos em todo o território nacional. São 4,2 mil agências e postos de atendimento, 29,5 mil máquinas nos postos e salas de autoatendimento, 8,7 mil correspondentes CAIXA Aqui, 13,0 mil unidades lotéricas e 8 unidades-caminhão. Além disso, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e a comodidade de seus clientes e, reforçando o seu compromisso com a inclusão bancária, conta com 3 agências-barco, levando desenvolvimento e cidadania às populações ribeirinhas. No exterior, opera por meio de escritório de representação nos Estados Unidos.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações das carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, dos negócios com cartões de débito e crédito, da administração de fundos e carteiras de investimento e das atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da sua subsidiária CAIXA Seguridade S.A.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país e até setembro arrecadaram R\$ 9,9 bilhões, dos quais R\$ 3,7 bilhões foram transferidos aos programas sociais do Governo Federal, nas áreas de segurança social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

Lidera o mercado de crédito habitacional com saldo da carteira de R\$ 439,9 bilhões, e atua como principal agente financeiro do programa Minha Casa Minha Vida.

A Caixa possui tradição e liderança no mercado de Poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira, em setembro as 78,1 milhões de cadernetas mantidas na CAIXA atingiram saldo de R\$ 291,4 bilhões.

A Instituição proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do País nos segmentos de crédito destinados ao Saneamento e Infraestrutura, que alcançaram saldo de R\$ 83,1 bilhões em setembro. Incentiva o desenvolvimento sustentável local e melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito rural que registrou, em setembro, saldo de R\$ 7,4 bilhões.

Como principal parceiro do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Bolsa Família que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além de operacionalizar o Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial, PIS e aposentadoria e pensões-INSS.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No quadro a seguir, é demonstrada a quantidade de benefícios pagos no período, bem como o montante repassado aos beneficiários dos programas:

Programa Social	30/09/2018		30/09/2017	
	Quantidade milhares	Valor	Quantidade milhares	Valor
FGTS	27.317	82.147.015	151.675	139.925.548
Bolsa Família	118.143	21.521.137	113.057	20.465.402
Seguro Desemprego, Abono Salarial, PIS e outros benefícios voltados ao trabalhador	55.058	53.121.089	46.565	40.656.776
Total	200.518	156.789.241	311.297	201.047.726

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Programa de Integração Social (PIS), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, não gerando efeitos no balanço da CAIXA.

Principais Fundos e Programas Sociais:

Descrição	30/09/2018 (1)	31/12/2017	30/09/2017
FGTS	518.733.698	489.114.370	505.799.683
PIS	20.534.180	31.240.929	32.113.726
FAR	37.592.785	39.844.589	40.600.217
FCVS	14.267.114	13.800.682	13.696.520
FDS	3.158.974	3.011.455	2.891.595
FGCN	50.633	50.440	51.391
FGHAB	1.987.611	1.868.767	1.827.591
FGS	2.376.634	1.901.419	1.655.059
Outros	23.583	25.252	25.402
Total	598.725.212	580.857.903	598.661.184

(1) Posição de 31/08/2018 de acordo com o Balanço dos Fundos.

A CAIXA investe em projetos que visam estimular a prática desportiva e inclusão social de crianças e adolescentes através do esporte e das atividades artístico-culturais e patrocina várias modalidades como o Atletismo, Ginástica, Basquete, Futebol, esportes Olímpicos e Paralímpicos. Reforçando o seu compromisso em ser um banco para todos os brasileiros, promove a acessibilidade em LIBRAS em seus canais digitais e físicos, possuindo profissionais treinados para prestar esse tipo de atendimento inclusivo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas**a) Contexto**

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração.

As demonstrações contábeis consolidadas de 30/09/2018 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 06/11/2018 e pelo Conselho de Administração em 13/11/2018.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem classificados no passivo nas demonstrações contábeis individuais, a Administração da CAIXA, optou por apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas de 30/09/2018 no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanada da Lei nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Carta Circular BACEN nº 1.273/1987 (COSIF). Além dessas normas, nos baseamos também na Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

A divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em sítio eletrônico estão em conformidade com as disposições da Lei nº 13.303/2016 (Disposições Aplicáveis às Empresas Públicas e às Sociedades de Economia Mista), regulamentada, no âmbito da União, pelo Decreto nº 8.945/2016, da Presidência da República.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração no que tange as estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos; outras provisões; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego aos empregados; e determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade e foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas na Nota 11.

(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa a partir de 2015, em conexão com a operação “A Origem” e, a partir de 2017, em conexão com as operações “Cui Bono?”, “Sepsis” e “Patmos”, deflagradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, e os eventuais impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, por parte de seus empregados, administradores e fornecedores e passou a colaborar ativamente com as autoridades públicas responsáveis por aquelas investigações.

Adicionalmente, em agosto de 2017, o Conselho de Administração da CAIXA decidiu contratar uma investigação independente, conduzida por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e com apoio de outros especialistas externos e supervisionada por um Comitê Independente com a finalidade de garantir que os trabalhos fossem desenvolvidos sem quaisquer interferências indevidas.

A primeira fase da investigação independente, já finalizada, gerou diversas recomendações que já foram adotadas ou estão em processo de adoção pela CAIXA, com destaque para as alterações estatutárias aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 19/01/2018, que incluíram um novo processo para escolha e nomeação de Vice-presidentes bem como a inclusão de membros independentes no Conselho de Administração. Essa investigação independente não indicou, até o momento, a existência de qualquer evento capaz de gerar impacto material nas demonstrações contábeis.

Novas investigações independentes estão em andamento, sendo conduzidas por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e supervisionadas pelo Comitê Independente. A CAIXA continuará acompanhando e apoiando os processos de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez. Possuem prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado. São ajustados a valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” no Patrimônio Líquido. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela efetiva de *hedge* de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e IR de passivos financeiros qualificados para *hedge* contábil são classificados como *Hedge* de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g), (h), (i) e (j).

(g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor de mercado é estabelecido com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta de mercado ativo, consideram-se cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso o mercado para instrumentos similares também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Os juros das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA constitui, mensalmente, provisões para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999 e em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

As operações em atraso classificadas como nível de risco “H”, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, são baixadas a débito da provisão constituída e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas para prejuízo são classificadas como de risco nível “H”. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008 as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo “Operações de crédito”. Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em “Outros Créditos – Diversos”, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância com os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente, nos termos do Regulamento do Imposto de Renda. Para o Banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/15, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*. Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando que evoluem a taxas prefixadas, têm suas despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação a débito de subcontas patrimoniais redutoras do passivo correspondente.

(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. O ativo contingente cuja possibilidade de êxito é provável é divulgado em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes, e aquelas classificadas como perdas remotas não requerem nem provisão, nem divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionará uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais – fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 28.

(l) Provisão para garantias financeiras prestadas

A Provisão para Garantias Financeiras Prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(m) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.424/2015. As avaliações atuariais são semestrais.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 29.

(n) Reclassificação de saldos comparativos**(n.1) Campanha Quita-fácil**

Em 31/12/2017, os descontos concedidos em operações de crédito inadimplentes vinculados à Campanha Quita-fácil, apurados no 1º semestre de 2017, foram reclassificados de “Outras despesas operacionais” para “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” que compõe as “Despesas da intermediação financeira”.

(n.2) Detalhamento dos ajustes de reapresentação nas demonstrações contábeis

Conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a reclassificação mencionada no item acima foi aplicada de forma retrospectiva, produzindo efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas comparativas, conforme apresentado a seguir:

▪ **Demonstração Consolidada do Resultado**

A demonstração consolidada do resultado comparativa relativa ao acumulado até setembro de 2017 está sendo reapresentada em função da reclassificação descrita no item (n.1), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Acumulado Setembro de 2017		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	102.163.194	-	102.163.194
Despesas da intermediação financeira	(77.800.074)	(513.659)	(78.313.733)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.936.675)	(513.659)	(13.450.334)
Resultado bruto da intermediação financeira	24.363.120	(513.659)	23.849.461
Outras receitas/despesas operacionais	(16.920.688)	513.659	(16.407.029)
Outas despesas operacionais	(14.163.490)	513.659	(13.649.831)
Resultado operacional	7.442.432	-	7.442.432
Resultado não operacional	(418.849)	-	(418.849)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	7.023.583	-	7.023.583
Imposto de renda e contribuição social	(52.701)	-	(52.701)
Participações dos empregados no lucro	(728.087)	-	(728.087)
Lucro líquido do período	6.242.795	-	6.242.795

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ **Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa comparativa relativa ao acumulado até setembro de 2017 está sendo reapresentada em função da reclassificação descrita no item (n.1), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Acumulado Setembro de 2017		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	20.263.656	513.659	20.777.315
Lucro Líquido	6.242.795	-	6.242.795
Ajustes ao Lucro Líquido:	14.020.861	513.659	14.534.520
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.936.675	513.659	13.450.334
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(4.221.313)	(513.659)	(4.734.972)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(16.634.679)	(513.659)	(17.148.338)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.042.343	-	16.042.343

▪ **Demonstração Consolidada do Valor Adicionado**

A demonstração consolidada do valor adicionado comparativa relativa ao acumulado até setembro de 2017 está sendo reapresentada em função da reclassificação descrita no item (n.1), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Acumulado Setembro de 2017		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
1. RECEITAS	113.998.402	(513.659)	113.484.743
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	64.863.399	-	64.863.399
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	20.357.912	(513.659)	19.844.253
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	28.777.091	-	28.777.091
5. RETENÇÕES	1.360.083	-	1.360.083
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	27.417.008	-	27.417.008
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	570.685	-	570.685
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	27.987.693	-	27.987.693
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	27.987.693	-	27.987.693
Lucros/Prejuízos retidos	4.882.311	-	4.882.311

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Total de disponibilidades (caixa)	10.610.264	11.451.854	9.214.815
Disponibilidade em moeda nacional	7.016.801	10.054.701	7.537.992
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.593.463	1.397.153	1.676.823
Aplicações interfinanceiras de liquidez	152.828.164	130.911.088	149.348.174
Total	163.438.428	142.362.942	158.562.989

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são registrados no ativo, na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel.

Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação.

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

(a) Composição e classificação da carteira por prazo

Descrição	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	63.439.597	3.369.897	-	66.809.494	92.345.976	118.225.083
Letras financeiras do tesouro	705.510	-	-	705.510	70.444.087	79.396.465
Letras do tesouro nacional	14.576.850	3.369.897	-	17.946.747	392.350	11.000
Notas do tesouro nacional	48.157.237	-	-	48.157.237	21.509.539	38.817.618
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	106.944.927	-	-	106.944.927	38.565.113	31.123.091
Letras do tesouro nacional	74.600.677	-	-	74.600.677	38.565.113	31.123.091
Notas do tesouro nacional	32.344.250	-	-	32.344.250	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.569.902	266.584	2.008.706	12.845.192	13.321.706	12.322.604
Depósitos interfinanceiros	8.123.191	165.189	-	8.288.380	8.570.039	10.343.338
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	2.446.840	101.395	2.008.706	4.556.941	4.752.144	1.979.275
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(129)	-	-	(129)	(477)	(9)
Total	180.954.426	3.636.481	2.008.706	186.599.613	144.232.795	161.670.778

(a.1) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações

Os saldos das aplicações em Letras financeiras do tesouro e em Depósitos interfinanceiros incluem acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações firmados entre a CAIXA e o Bancoob, Sicredi e Cresol conforme Resolução CMN nº 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Letras financeiras do tesouro	133.016	273.670	268.743
Bancoob	133.016	201.504	197.874
Sicredi	-	72.166	70.869
Depósitos interfinanceiros	181.616	156.246	136.539
Bancoob	-	85.416	83.936
Sicredi	179.515	36.500	35.870
Cresol	2.101	34.330	16.733
Total	314.632	429.916	405.282

(b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Rendas de aplicações no mercado aberto	3.103.243	8.520.177	3.440.294	12.622.565
Posição bancada	1.403.287	4.448.653	1.768.516	5.319.493
Posição financiada	1.699.956	4.071.524	1.671.778	7.303.072
Resultado de aplicações em depósitos interfinanceiros	150.790	490.132	287.478	1.013.016
Total	3.254.033	9.010.309	3.727.772	13.635.581

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central				
Títulos públicos	121.938.328	51.322.702	11.113.592	1.235.672	-	185.610.294	172.278.830	161.799.103
Letras financeiras do tesouro	53.588.093	20.392.542	8.240.975	1.234.978	-	83.456.588	39.835.858	38.824.763
Letras do tesouro nacional	41.236.318	28.726.885	2.869.489	694	-	72.833.386	97.987.021	90.621.639
Notas do tesouro nacional	26.772.082	2.203.275	3.128	-	-	28.978.485	34.171.028	32.057.708
Tesouro nacional/securitização	341.835	-	-	-	-	341.835	284.923	294.993
Títulos – empresas	11.283.667	3.852.669	-	-	-	15.136.336	14.859.119	17.921.044
Debêntures	2.315.573	1.345.708	-	-	-	3.661.281	4.596.011	7.751.828
Cotas de fundos	599.375	-	-	-	-	599.375	350.075	223.902
Certificado de recebíveis imobiliários	926.911	2.506.961	-	-	-	3.433.872	3.486.702	3.531.678
Ações	7.441.808	-	-	-	-	7.441.808	6.426.331	6.413.636
Outros	-	-	-	-	1.308.589	1.308.589	997.212	479.357
Total	133.221.995	55.175.371	11.113.592	1.235.672	1.308.589	202.055.219	188.135.161	180.199.504

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Os títulos da categoria “I – Títulos para negociação” são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

O ajuste no patrimônio líquido dos títulos da categoria “II – Títulos disponíveis para venda” inclui o ajuste a valor de mercado de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) da Controlada.

O efeito no patrimônio líquido da marcação a mercado dos títulos “Disponíveis para venda” é de R\$ 612.260 em 30/09/2018 (31/12/2017 – R\$ 233.202; 30/09/2017 – R\$ 655.153), líquido dos efeitos tributários.

Posição em 30/09/2018	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	185.577.079	83.262	(50.047)	185.610.294	186.318.902	-	12.578.783	258.925	10.412.644	162.359.942
Letras financeiras do tesouro	83.407.418	27.932	21.238	83.456.588	83.461.331	-	-	258.925	-	83.197.663
Letras do tesouro nacional	72.796.529	60.007	(23.150)	72.833.386	72.831.133	-	12.578.783	-	10.412.644	49.841.959
Notas do tesouro nacional	28.984.142	(4.677)	(980)	28.978.485	29.684.603	-	-	-	-	28.978.485
Tesouro nacional/ securitização	388.990	-	(47.155)	341.835	341.835	-	-	-	-	341.835
Títulos – empresas	14.514.136	(40.107)	662.307	15.136.336	14.387.630	8.041.183	2.506	-	41.026	7.051.621
Debêntures	3.772.460	(21.742)	(89.437)	3.661.281	2.682.799	-	-	-	41.026	3.620.255
Cotas de fundos	599.375	-	-	599.375	599.375	599.375	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.384.433	(18)	49.457	3.433.872	3.663.648	-	2.506	-	-	3.431.366
Ações	6.757.868	(18.347)	702.287	7.441.808	7.441.808	7.441.808	-	-	-	-
Total – TVM	200.091.215	43.155	612.260	200.746.630	200.706.532	8.041.183	12.581.289	258.925	10.453.670	169.411.563
Para negociação	98.287.596	43.155	-	98.330.751	98.330.751	83.871	12.578.787	211.507	2.294.294	83.162.292
Disponíveis para venda	60.770.115	-	612.260	61.382.375	61.382.375	7.957.312	25	47.418	4.122.949	49.254.671
Mantidos até o vencimento	41.033.504	-	-	41.033.504	40.993.406	-	2.477	-	4.036.427	36.994.600
Instrumentos financeiros derivativos	1.375.722	(67.133)	-	1.308.589	1.308.589	-	28.573	3.628	751.632	524.756
Total – TVM e Derivativos	201.466.937	(23.978)	612.260	202.055.219	202.015.121	8.041.183	12.609.862	262.553	11.205.302	169.936.319

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Os papéis que compõem a carteira de TVM – Títulos para negociação não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 30/09/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

O valor de mercado destes papéis representa o seu valor contábil.

Descrição	30/09/2018							31/12/2017			30/09/2017			
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	12.578.783	211.507	2.294.294	82.857.490	97.858.812	83.262	97.942.074	106.098.596	2.384.756	108.483.352	96.307.572	2.958.350	99.265.922
Letras financeiras do tesouro	-	-	211.507	-	36.790.192	36.973.767	27.932	37.001.699	24.818.073	39.203	24.857.276	24.385.696	34.795	24.420.491
Letras do tesouro nacional	-	12.578.783	-	2.294.294	45.472.920	60.285.990	60.007	60.345.997	78.394.500	2.316.936	80.711.436	70.801.263	2.885.447	73.686.710
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	594.378	599.055	(4.677)	594.378	2.886.023	28.617	2.914.640	1.120.613	38.108	1.158.721
Títulos - empresas	83.871	4	-	-	304.802	428.784	(40.107)	388.677	494.656	(20.581)	474.075	407.743	(23.836)	383.907
Debêntures	-	-	-	-	304.802	326.544	(21.742)	304.802	385.318	(22.687)	362.631	407.558	(23.848)	383.710
Certif. recebíveis imobiliários	-	4	-	-	-	22	(18)	4	125	6	131	185	12	197
Ações	83.871	-	-	-	-	102.218	(18.347)	83.871	109.213	2.100	111.313	-	-	-
Total	83.871	12.578.787	211.507	2.294.294	83.162.292	98.287.596	43.155	98.330.751	106.593.252	2.364.175	108.957.427	96.715.315	2.934.514	99.649.829

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

As ações classificadas na Categoria II são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável inclui uma perda acumulada de R\$ 324.070, em 30/09/2018.

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Disponíveis para venda não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 30/09/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

O valor de mercado destes papéis representa o seu valor contábil.

Descrição	30/09/2018							31/12/2017			30/09/2017			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	-	47.418	4.081.923	45.675.952	49.855.340	(50.047)	49.805.293	24.705.498	268.029	24.973.527	23.895.827	381.941	24.277.768
Letras financeiras do tesouro	-	-	47.418	-	39.700.072	39.726.252	21.238	39.747.490	8.558.151	22.810	8.580.961	8.096.534	21.574	8.118.108
Letras do tesouro Nacional	-	-	-	4.081.923	4.369.039	8.474.112	(23.150)	8.450.962	11.699.517	221.062	11.920.579	11.436.015	299.315	11.735.330
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	1.265.006	1.265.986	(980)	1.265.006	4.133.402	53.662	4.187.064	4.040.136	89.201	4.129.337
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	341.835	388.990	(47.155)	341.835	314.428	(29.505)	284.923	323.142	(28.149)	294.993
Títulos – empresas	7.957.312	25	-	41.026	3.578.719	10.914.775	662.307	11.577.082	13.432.365	(1.314.292)	12.118.073	17.138.351	(1.865.145)	15.273.206
Debêntures	-	-	-	41.026	2.258.633	2.389.096	(89.437)	2.299.659	4.698.936	(616.760)	4.082.176	7.740.959	(520.530)	7.220.429
Cotas de fundos	599.375	-	-	-	-	599.375	-	599.375	350.075	-	350.075	581.577	(357.675)	223.902
Certif. recebíveis imobiliários	-	25	-	-	1.320.086	1.270.654	49.457	1.320.111	1.297.227	73.577	1.370.804	1.308.998	106.241	1.415.239
Ações	7.357.937	-	-	-	-	6.655.650	702.287	7.357.937	7.086.127	(771.109)	6.315.018	7.506.817	(1.093.181)	6.413.636
Total	7.957.312	25	47.418	4.122.949	49.254.671	60.770.115	612.260	61.382.375	38.137.863	(1.046.263)	37.091.600	41.034.178	(1.483.204)	39.550.974

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

As debêntures classificadas na Categoria III são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável inclui uma perda acumulada de R\$ 1.261.920, em 30/09/2018.

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Mantidos até o vencimento não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 30/09/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido.

Descrição	30/09/2018					31/12/2017		30/09/2017	
	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado
Títulos públicos	-	4.036.427	33.826.500	37.862.927	38.571.535	38.821.951	41.444.149	38.255.413	42.118.424
Letras financeiras do tesouro	-	-	6.707.399	6.707.399	6.712.142	6.397.621	6.404.650	6.286.164	6.291.997
Letras do tesouro nacional	-	4.036.427	-	4.036.427	4.034.174	5.355.006	5.432.564	5.199.599	5.336.255
Notas do tesouro nacional	-	-	27.119.101	27.119.101	27.825.219	27.069.324	29.606.935	26.769.650	30.490.172
Títulos – empresas	2.477	-	3.168.100	3.170.577	2.421.871	2.266.971	2.554.497	2.263.931	2.635.464
Debêntures	-	-	1.056.820	1.056.820	78.338	151.204	8.173	147.689	7.427
Certificado de recebíveis imobiliários	2.477	-	2.111.280	2.113.757	2.343.533	2.115.767	2.546.324	2.116.242	2.628.037
Total	2.477	4.036.427	36.994.600	41.033.504	40.993.406	41.088.922	43.998.646	40.519.344	44.753.888

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.642.068	4.675.914	4.030.805	11.119.882
Ativos financeiros disponíveis para venda	421.236	1.569.871	830.771	1.898.286
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	978.476	2.948.579	869.462	3.175.229
Outros	(1.769)	(5.783)	(2.474)	8.748
Total	3.040.011	9.188.581	5.728.564	16.202.145

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger-se da exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN n° 3.082/2002.

O item Ajuste a valor de mercado dos Instrumentos de hedge consiste no ajuste acumulado dos contratos de *swap*.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL

Estruturas	30/09/2018				31/12/2017				30/09/2017			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil
Emissões externas	8.014.859	2.043.055	882.470	9.948.103	6.874.387	1.375.459	182.505	8.171.595	9.482.611	1.715.851	(807.596)	11.104.797
Letras financeiras	829.160	648.020	77.939	1.482.036	845.660	543.295	183.497	1.392.658	845.660	510.237	129.705	1.359.164
Total	8.844.019	2.691.075	960.409	11.430.139	7.720.047	1.918.754	366.002	9.564.253	10.328.271	2.226.088	(677.891)	12.463.961

ESTRUTURA TEMPORAL

Vencimento	30/09/2018		31/12/2017		30/09/2017	
	Emissões Externas	Letras Financeiras	Emissões Externas	Letras Financeiras	Emissões Externas	Letras Financeiras
2017	-	-	-	-	2.914.600	-
2018	818.358	5.000	915.366	21.500	873.934	21.500
2019	5.660.795	10.150	4.690.521	10.150	4.478.983	10.150
2020	60.625	16.360	50.076	16.360	47.968	16.360
2021	58.485	25.000	48.309	25.000	46.275	25.000
2022	1.416.596	-	1.170.115	-	1.120.851	-
2023	-	562.000	-	562.000	-	562.000
2024	-	203.450	-	203.450	-	203.450
2025	-	7.200	-	7.200	-	7.200
Total	8.014.859	829.160	6.874.387	845.660	9.482.611	845.660

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

Descrição	Valor Referencial						
	30/09/2018				31/12/2017	30/09/2017	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contratos de futuros							
Compromissos de compra	-	8.918.829	2.291.453	117.084	11.327.366	-	-
Mercado interfinanceiro	-	8.918.829	2.291.453	117.084	11.327.366	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-
Compromissos de venda	3.709.088	19.187	1.103.477	47.239.618	52.071.370	83.110.386	71.285.875
Mercado interfinanceiro	3.709.088	19.187	1.103.477	47.239.618	52.071.370	84.400.204	72.522.105
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(1.289.818)	(1.236.230)
Contratos de Swaps							
Posição ativa	748.557	56.574	4.085.475	1.610.166	6.500.772	6.732.293	8.639.284
Índices	5.000	5.800	4.350	814.010	829.160	845.660	845.660
Moeda estrangeira	743.557	50.774	4.081.125	796.156	5.671.612	5.886.633	7.793.624
Posição passiva	748.557	56.574	4.085.475	1.610.166	6.500.772	6.732.293	8.639.284
Índices	5.000	5.800	4.350	814.010	829.160	845.660	845.660
Moeda estrangeira	743.557	50.774	4.081.125	796.156	5.671.612	5.886.633	7.793.624

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Composição dos instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor patrimonial

Descrição	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)			Ajustes ao Valor de Mercado (Res.)			Valor Patrimonial		
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Contratos de Swap									
Posição ativa	1.375.722	408.623	427.339	(67.133)	588.589	52.018	1.308.589	997.212	479.357
Índices	74.539	30.940	22.935	3.450	152.557	106.770	77.989	183.497	129.705
Moeda estrangeira	1.301.183	377.683	404.404	(70.583)	436.032	(54.752)	1.230.600	813.715	349.652
Posição passiva	337.505	1.063.664	1.195.850	10.675	(432.453)	(38.602)	348.180	631.211	1.157.248
Índices	-	232	522	50	(232)	(522)	50	-	-
Moeda estrangeira	337.505	1.063.432	1.195.328	10.625	(432.221)	(38.080)	348.130	631.211	1.157.248

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

Descrição	30/09/2018						31/12/2017	30/09/2017	
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição Ativa									
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	1.375.722	(67.133)	28.573	3.628	751.632	524.756	1.308.589	997.212	479.357
B3	74.539	3.450	134	882	416	76.557	77.989	183.497	129.705
Inst. financeiras	1.301.183	(70.583)	28.439	2.746	751.216	448.199	1.230.600	813.715	349.652
Posição Passiva									
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	337.505	10.675	123.113	1.819	223.198	50	348.180	631.211	1.157.248
B3	-	50	-	-	-	50	50	-	-
Inst. financeiras	337.505	10.625	123.113	1.819	223.198	-	348.130	631.211	1.157.248

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Swap	405.657	574.799	(580.267)	(828.374)
Futuro	(21.212)	(17.677)	(1.632.145)	(3.059.064)
Total realizado	384.445	557.122	(2.212.412)	(3.887.438)

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Títulos públicos	12.349.264	5.627.765	6.756.456
Letra financeira do tesouro	9.475.953	2.104.276	2.068.072
Letras do tesouro nacional	2.870.183	3.520.492	4.685.383
Notas do tesouro nacional	3.128	2.997	3.001

Nota 7 – Relações interfinanceiras**(a) Créditos vinculados – depósitos no BACEN**

Compostos por recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA.

Descrição	Remuneração	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	7.069.385	17.673.837	9.743.877
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6,17% a.a.	58.377.491	67.249.183	65.541.674
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	33.800.483	39.471.354	43.384.939
Compulsório adicional	Taxa SELIC	-	-	2.588.767
Recursos do Crédito Rural	Não remunerado	-	2.296.436	-
Total		99.247.359	126.690.810	121.259.257

Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

No 2º semestre de 2017, a exigibilidade de manutenção do depósito compulsório adicional foi extinta pela Circular BACEN nº 3.823/2017 e pela Resolução CMN nº 4.573/2017.

No 3º trimestre de 2018, houve devolução dos depósitos sobre operações de crédito rural recolhidos junto ao BACEN por deficiência de aplicação no ano-safra 2016/2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Créditos vinculados – Sistema Financeiro da Habitação

Inclui os valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, que estão em processo de novação com aquele fundo.

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
FCVS a receber - não homologados	13.351.106	12.943.851	12.836.140
FCVS a receber - habilitados e homologados	18.801.371	18.574.087	19.984.820
Provisão FCVS a receber	(3.651.768)	(3.704.747)	(3.571.875)
FCVS a receber - líquido de provisão	28.500.709	27.813.191	29.249.085
FGTS a ressarcir	104.191	105.925	112.087
Total (líquido de provisão)	28.604.900	27.919.116	29.361.172

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

O saldo do item FCVS a receber – não homologados é composto por contratos em processo de habilitação na CAIXA, ainda não submetidos à homologação do FCVS, no montante de R\$ 1.057.997, e por contratos já habilitados pela CAIXA e em fase de análise por parte do FCVS para homologação, no montante R\$ 12.293.109.

Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos trimestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Créditos vinculados ao BACEN	1.225.804	3.910.065	2.019.631	7.240.700
Créditos vinculados ao SFH	464.043	1.271.552	530.112	1.602.631
Total	1.689.847	5.181.617	2.549.743	8.843.331

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Operações de crédito	362.486.017	70.538.725	111.075.927	75.176.390	27.999.411	7.221.643	10.229.650	3.870.138	15.364.449	683.962.350	695.150.457	700.722.144
Empréstimos e títulos descontados	12.516.034	21.281.136	55.882.478	17.343.378	7.381.358	2.580.310	1.580.399	1.387.649	10.141.627	130.094.369	144.709.484	150.863.776
Financiamentos	3.349.966	3.392.864	1.407.989	2.959.876	529.115	196.582	95.618	100.120	682.771	12.714.901	17.622.893	20.790.935
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.443.313	2.008.853	2.094.163	1.168.129	263.586	185.624	47.630	24.030	145.749	7.381.077	6.914.403	6.998.898
Financiamentos imobiliários	300.614.760	17.464.678	44.705.078	48.611.059	17.730.133	2.491.787	4.576.500	1.190.615	2.554.343	439.938.953	431.187.564	428.273.405
Financiamentos de infraestrutura	43.818.886	17.181.863	6.678.652	4.859.348	2.002.609	1.717.781	3.898.482	1.147.593	1.796.412	83.101.626	82.607.985	81.263.854
Cessão de créditos	743.058	9.209.331	307.567	234.600	92.610	49.559	31.021	20.131	43.547	10.731.424	12.108.128	12.531.276
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	939.841	5.137.724	1.434.996	1.358.625	452.336	143.447	40.341	14.643	304.178	9.826.131	11.125.067	11.343.249
Cartão de crédito	367.104	4.767.715	1.017.630	413.824	183.478	31.114	15.152	13.202	149.653	6.958.872	7.396.975	6.744.991
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	558.850	263.058	412.392	908.105	246.131	11.358	14.663	-	11.821	2.426.378	3.304.395	4.122.964
Créditos adquiridos (2)	-	105.101	-	31.735	-	94.625	-	-	-	231.461	328.186	387.665
Diversos	13.887	1.850	4.974	4.961	22.727	6.350	10.526	1.441	142.704	209.420	95.511	87.629
Total	363.425.858	75.676.449	112.510.923	76.535.015	28.451.747	7.365.090	10.269.991	3.884.781	15.668.627	693.788.481	706.275.524	712.065.393
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa (3)	(334.057)	(432.051)	(1.787.128)	(3.727.597)	(3.419.249)	(2.399.633)	(5.136.847)	(2.719.444)	(15.668.627)	(35.624.633)	(37.502.639)	(35.946.205)
Total líq. de provisões	363.091.801	75.244.398	110.723.795	72.807.418	25.032.498	4.965.457	5.133.144	1.165.337	-	658.163.848	668.772.885	676.119.188

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outros créditos" (Nota 9 (c)).

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

(3) Inclui a provisão para outros créditos com características de crédito (Nota 9 (a)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Provisão regulamentar	-	(378.382)	(1.125.111)	(2.296.050)	(2.845.176)	(2.209.527)	(5.134.997)	(2.719.347)	(15.668.627)	(32.377.217)	(34.283.895)	(33.209.102)
Operações de crédito	-	(352.693)	(1.110.761)	(2.255.291)	(2.799.942)	(2.166.493)	(5.114.826)	(2.709.097)	(15.364.437)	(31.873.540)	(33.753.286)	(32.620.003)
Empréstimos e títulos descontados	-	(106.406)	(558.825)	(520.301)	(738.136)	(774.093)	(790.200)	(971.354)	(10.141.616)	(14.600.931)	(15.806.961)	(15.566.970)
Financiamentos	-	(16.964)	(14.080)	(88.796)	(52.912)	(58.975)	(47.809)	(70.084)	(682.771)	(1.032.391)	(1.694.126)	(1.918.055)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(10.044)	(20.942)	(35.044)	(26.359)	(55.687)	(23.815)	(16.489)	(146.224)	(334.604)	(274.205)	(261.216)
Financiamentos imobiliários	-	(87.323)	(447.051)	(1.458.332)	(1.773.013)	(747.536)	(2.288.250)	(833.763)	(2.553.867)	(10.189.135)	(9.933.454)	(9.539.574)
Financiamentos de infraestrutura	-	(85.909)	(66.787)	(145.780)	(200.261)	(515.334)	(1.949.241)	(803.315)	(1.796.412)	(5.563.039)	(5.902.676)	(5.197.036)
Cessão de créditos	-	(46.047)	(3.076)	(7.038)	(9.261)	(14.868)	(15.511)	(14.092)	(43.547)	(153.440)	(141.864)	(137.152)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	-	(25.689)	(14.350)	(40.759)	(45.234)	(43.034)	(20.171)	(10.250)	(304.190)	(503.677)	(530.609)	(589.099)
Cartão de crédito	-	(23.839)	(10.176)	(12.415)	(18.348)	(9.334)	(7.576)	(9.241)	(149.663)	(240.592)	(234.807)	(226.362)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(1.315)	(4.124)	(27.243)	(24.613)	(3.407)	(7.332)	-	(11.821)	(79.855)	(225.164)	(295.664)
Créditos adquiridos	-	(526)	-	(952)	-	(28.388)	-	-	-	(29.866)	(26.875)	(26.449)
Diversos	-	(9)	(50)	(149)	(2.273)	(1.905)	(5.263)	(1.009)	(142.706)	(153.364)	(43.763)	(40.624)
Provisão complementar (1)	(334.057)	(53.669)	(662.017)	(1.431.547)	(574.073)	(190.106)	(1.850)	(97)	-	(3.247.416)	(3.218.744)	(2.737.103)
Operações de crédito	(331.423)	(52.271)	(646.894)	(1.401.699)	(556.324)	(187.776)	(713)	(97)	-	(3.177.197)	(3.162.155)	(2.697.575)
Empréstimos e títulos descontados	(13.077)	(21.625)	(433.525)	(374.200)	(389.845)	(135.325)	(683)	(96)	-	(1.368.376)	(1.612.945)	(1.266.927)
Financiamentos	(385)	(2.039)	(14.679)	(70.685)	(86.293)	(52.445)	(21)	(1)	-	(226.548)	(283.193)	(255.310)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(2.557)	(1.107)	(5.233)	(2.096)	(872)	-	-	-	-	(11.865)	(10.650)	(10.296)
Financiamentos imobiliários	(309.393)	(25.944)	(185.167)	(949.836)	(79.314)	(6)	(9)	-	-	(1.549.669)	(1.223.250)	(1.133.322)
Financiamentos de infraestrutura	(6.011)	(1.556)	(8.290)	(4.882)	-	-	-	-	-	(20.739)	(32.117)	(31.720)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	(2.634)	(1.398)	(15.123)	(29.848)	(17.749)	(2.330)	(1.137)	-	-	(70.219)	(56.589)	(39.528)
Cartão de crédito	(5)	(115)	(765)	(2.669)	(4.055)	(1.726)	-	-	-	(9.335)	(11.406)	(7.246)
Adiantamento de contratos de câmbio	(1.155)	(172)	(1.967)	(15.292)	(1.395)	-	-	-	-	(19.981)	(16.964)	(10.090)
Créditos adquiridos	-	-	-	(1.242)	-	-	-	-	-	(1.242)	(628)	(735)
Diversos	(1.474)	(1.111)	(12.391)	(10.645)	(12.299)	(604)	(1.137)	-	-	(39.661)	(27.591)	(21.457)
Total Provisão	(334.057)	(432.051)	(1.787.128)	(3.727.597)	(3.419.249)	(2.399.633)	(5.136.847)	(2.719.444)	(15.668.627)	(35.624.633)	(37.502.639)	(35.946.205)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco
(c.1) Operações de crédito em curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Parcelas vincendas	363.278.463	75.418.619	99.312.831	52.552.729	17.262.365	4.029.438	7.714.554	1.831.742	6.086.933	627.487.674	635.066.543	640.138.764
01 a 30 dias	4.822.621	5.472.171	2.878.430	1.555.259	646.819	141.513	225.612	93.326	296.626	16.132.377	17.209.557	17.958.299
31 a 60 dias	4.009.870	3.053.590	2.440.546	1.593.573	607.260	112.755	161.363	37.559	210.540	12.227.056	13.987.055	14.586.195
61 a 90 dias	3.868.553	2.561.131	2.333.435	1.480.192	485.853	103.476	159.777	35.227	190.551	11.218.195	11.894.040	12.900.411
91 a 180 dias	11.353.500	6.148.332	7.050.806	3.769.041	1.447.444	249.093	454.441	98.143	491.417	31.062.217	33.866.211	33.442.763
181 a 360 dias	21.722.005	8.761.924	13.013.872	5.480.260	1.925.838	399.407	835.105	157.857	605.441	52.901.709	55.810.310	55.907.320
Acima de 360 dias	317.501.914	49.421.471	71.595.742	38.674.404	12.149.151	3.023.194	5.878.256	1.409.630	4.292.358	503.946.120	502.299.370	505.343.776
Parcelas vencidas	147.395	257.830	255.558	157.393	62.174	10.417	3.995	13.456	46.373	954.591	976.735	846.292
01 a 14 dias	74.677	231.951	139.736	95.271	39.039	6.907	2.609	7.124	11.255	608.569	738.412	575.641
15 a 30 dias (1)	72.718	25.879	115.822	62.122	23.135	3.510	1.386	6.332	35.118	346.022	238.323	270.651
Total	363.425.858	75.676.449	99.568.389	52.710.122	17.324.539	4.039.855	7.718.549	1.845.198	6.133.306	628.442.265	636.043.278	640.985.056

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro.

A seguir, apresentamos a classificação dos clientes por níveis de risco em função dos períodos de atraso em relação aos vencimentos das operações contratadas. Esta classificação está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Período de atraso	Prazo em dobro	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em curso anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Parcelas vincendas	-	-	12.337.555	22.262.053	9.597.926	2.078.503	1.464.184	981.541	3.503.874	52.225.636	55.533.243	55.669.984
01 a 30 dias	-	-	197.504	314.598	130.613	51.045	56.468	32.340	155.247	937.815	1.010.595	1.137.831
31 a 60 dias	-	-	171.092	262.339	132.360	50.020	49.534	31.902	86.065	783.312	831.359	904.958
61 a 90 dias	-	-	168.973	257.134	130.622	48.743	52.301	31.381	84.491	773.645	762.836	889.866
91 a 180 dias	-	-	478.613	742.067	369.100	128.317	137.375	74.487	239.027	2.168.986	2.273.475	2.443.968
181 a 360 dias	-	-	866.237	1.374.242	668.005	233.721	158.854	78.705	418.189	3.797.953	4.116.385	4.386.793
Acima de 360 dias	-	-	10.455.136	19.311.673	8.167.226	1.566.657	1.009.652	732.726	2.520.855	43.763.925	46.538.593	45.906.568
Parcelas vencidas	-	-	604.979	1.562.840	1.529.282	1.246.732	1.087.258	1.058.042	6.031.447	13.120.580	14.699.003	15.410.353
01 a 30 dias	-	-	465.136	350.368	221.804	62.980	86.523	26.161	121.843	1.334.815	1.191.068	1.178.993
31 a 60 dias	-	-	139.665	554.074	194.805	68.886	55.508	32.293	189.209	1.234.440	1.685.251	1.400.920
61 a 90 dias	-	-	109	516.240	799.209	265.584	97.510	79.952	423.355	2.181.959	2.762.843	2.574.347
91 a 180 dias	-	-	13	142.103	313.267	597.824	597.392	581.511	872.596	3.104.706	3.344.736	4.504.003
181 a 360 dias	-	-	56	55	197	251.458	250.325	338.125	3.352.065	4.192.281	4.793.706	5.208.663
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.072.379	1.072.379	921.399	543.427
Total	-	-	12.942.534	23.824.893	11.127.208	3.325.235	2.551.442	2.039.583	9.535.321	65.346.216	70.232.246	71.080.337

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
SETOR PÚBLICO	57.857.751	57.644.602	53.907.383
Administração direta	38.024.924	36.423.408	35.209.371
Administração indireta – petroquímico	6.939.221	6.825.569	7.047.903
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.942.568	4.833.829	4.753.713
Administração indireta – outros	7.951.038	9.561.796	6.896.396
SETOR PRIVADO	635.930.730	648.630.922	658.158.010
PESSOA JURÍDICA	103.115.295	115.630.610	124.694.055
Energia elétrica	18.665.074	19.472.897	22.963.676
Construção civil	14.420.393	16.450.943	16.774.795
Comércio varejista	12.880.238	17.176.879	18.577.965
Transporte	8.778.758	9.521.373	9.762.103
Siderurgia e metalurgia	8.463.380	9.190.287	9.390.110
Saneamento e infraestrutura	6.992.115	6.787.591	6.702.644
Comércio atacadista	6.051.086	6.022.380	6.370.471
Saúde	4.471.630	4.698.340	4.686.073
Agronegócio e extrativismo	3.700.317	3.546.648	4.108.585
Alimentação	2.243.094	2.400.554	2.856.209
Têxtil	1.273.996	1.441.135	1.595.515
Serviços financeiros	1.235.137	1.438.153	1.530.647
Comunicação	1.044.675	1.130.138	1.168.684
Petroquímico	546.728	549.047	1.691.713
Serviços pessoais	189.099	239.282	260.301
Outras indústrias	4.811.112	6.068.868	6.435.873
Outros serviços	7.348.463	9.496.095	9.818.691
PESSOA FÍSICA	532.815.435	533.000.312	533.463.955
Total	693.788.481	706.275.524	712.065.393

(e) Receitas de operações de crédito

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	9.964.172	30.334.932	11.347.666	35.497.852
Financiamentos imobiliários	7.978.239	23.718.484	8.461.469	26.112.676
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.679.463	4.790.525	1.649.704	5.274.981
Financiamentos rurais e agroindustriais	108.966	323.190	132.664	394.665
Outros créditos	2.544	7.181	2.559	5.498
Total	19.733.384	59.174.312	21.594.062	67.285.672

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(f.1) Rendas vinculadas à aquisição de carteiras de crédito

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
CARTEIRAS ADQUIRIDAS COM COBRIGAÇÃO				
Banco Cruzeiro do Sul	5.503	15.423	3.774	9.495
BMG	1.001	3.379	1.624	5.554
BMB	-	16	144	851
Bonsucesso	123	540	460	1.827
Daycoval	4.056	14.947	10.292	40.948
Total	10.683	34.305	16.294	58.675

(f.2) Despesas vinculadas à cessão de carteiras de crédito

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
CARTEIRAS CEDIDAS COM COBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	(221.451)	(689.614)	(276.678)	(924.600)
RB Capital Securitizadora	(142.664)	(258.939)	(67.155)	(219.925)
Gaia	(55.055)	(105.348)	(29.354)	(95.992)
CIBRASEC	(23.732)	(325.327)	(180.169)	(608.683)
CARTEIRAS CEDIDAS SEM COBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	-	(4.008)	-	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	(1.639)	-	-
Omni S/A	-	(1.178)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	(1.090)	-	-
FIDC	-	(101)	-	-
Total	(221.451)	(693.622)	(276.678)	(924.600)

(g) Créditos Recuperados

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Operações de crédito	1.199.449	2.785.430	904.412	2.544.268
Empréstimos e títulos descontados	684.528	1.701.323	420.209	1.169.266
Financiamentos	80.141	160.338	220.151	582.610
Financiamentos imobiliários	434.780	923.769	264.052	792.392
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	6.081	16.415	2.498	3.948
Diversos	6.081	16.415	2.498	3.948
Total	1.205.530	2.801.845	906.910	2.548.216

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Créditos Renegociados

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comercial	580.348	1.853.912	1.015.428	3.619.827
Habitação	6.470.028	18.880.971	7.273.587	20.001.597
Total	7.050.376	20.734.883	8.289.015	23.621.424

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2018		2017 (Nota 3(n))	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Saldo inicial	(36.296.857)	(37.502.639)	(35.778.334)	(35.775.487)
Constituição de provisão no período	(2.766.986)	(12.262.115)	(4.649.480)	(18.738.408)
Reversão de provisão no período	56.916	2.474.614	1.446.119	5.288.074
Transferência para prejuízo	3.382.294	11.665.507	3.035.490	13.279.616
Saldo final	(35.624.633)	(35.624.633)	(35.946.205)	(35.946.205)

(j) Concentração dos principais devedores

Descrição	30/09/2018	%	31/12/2017	%	30/09/2017	%
Principal devedor	8.965.283	1,29	8.748.920	1,24	8.617.143	1,21
10 maiores devedores	44.481.227	6,41	45.636.295	6,46	45.646.814	6,41
20 maiores devedores	62.709.351	9,04	63.970.927	9,06	63.841.487	8,97
50 maiores devedores	84.238.620	12,14	86.220.949	12,21	86.476.576	12,14
100 maiores devedores	98.159.822	14,15	101.196.331	14,33	101.861.877	14,31

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Créditos por avais e fianças honrados	35.900	31.336	31.862
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	3.696.977	3.549.748	4.383.789
Rendas a receber	2.759.575	2.294.687	2.330.263
Administração de fundos e programas sociais	1.900.944	1.374.119	1.555.056
Convênios setor público	491.975	428.881	446.198
Administração de fundos de investimento	137.675	43.447	95.951
Convênios setor privado	101.231	124.844	138.483
Dividendos e JCP a receber	52.299	260.067	30.526
Outras rendas a receber	75.451	63.329	64.049
Negociação e intermediação de valores	89.176	813	16.956
Créditos específicos	1.036.053	1.001.150	984.237
Diversos (Nota 9 (b))	74.307.633	76.798.088	75.502.049
Provisão para outros créditos	(573.896)	(587.198)	(628.627)
Total	81.351.418	83.088.624	82.620.529
Ativo circulante	31.392.396	34.028.485	40.054.611
Ativo não circulante	49.959.022	49.060.139	42.565.918

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Provisão para outros créditos refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	CONSOLIDADO		
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Créditos tributários (Nota 20 (d))	39.276.184	40.114.535	41.906.279
Devedores por depósitos em garantia (Nota 28 (e))	17.437.257	16.654.094	16.317.390
Valores a receber – transações de pagamento	6.958.872	7.396.975	6.744.992
Prêmio em aquisição de carteiras	2.837.637	3.339.036	3.317.832
Valores a apropriar	1.993.967	3.854.490	3.291.019
Impostos e contribuições a compensar	1.866.358	1.488.793	464.622
Valores a receber – royalties	617.332	611.962	602.611
Adiantamentos e antecipações salariais	574.075	207.291	1.287.734
Valores a receber – FND	535.193	517.425	512.607
Cartão de crédito	530.585	502.050	495.644
Créditos adquiridos	231.461	328.186	387.665
Seguros a receber	152.162	582.357	503.600
Valores a receber - resgate de bônus	127.489	122.503	120.683
Valores a receber - correspondentes bancários	90.338	119.048	90.916
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	80.361	93.454	86.428
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	73.130	-
Outros devedores	998.362	792.759	783.114
Desconto em outros ativos financeiros	-	-	(1.411.087)
Total	74.307.633	76.798.088	75.502.049
Ativo circulante	24.337.208	27.727.294	32.925.519
Ativo não circulante	49.970.425	49.070.794	42.576.530

Os créditos classificados em “Valores a apropriar” representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras. O item “Cartão de crédito” é composto por valores a receber sem característica de concessão de crédito referentes a transações com cartão de crédito.

O deságio registrado na cessão de créditos ocorrida entre a CAIXA e a EMGEA em setembro/2014, que compunham o saldo do item “Desconto em outros ativos financeiros”, foi reclassificado para Créditos Vinculados ao FCVS (Nota 7 (b)) em 31/12/2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Ativo - outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	3.561.252	3.406.445	4.137.102
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	113.172	69.648	175.349
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	56.720	79.552	95.362
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(32.984)	(5.897)	(23.802)
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira	(1.183)	-	(222)
Ativo circulante	3.696.977	3.549.748	4.383.789
Passivo - outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	112.454	69.665	174.358
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	3.242.953	3.304.549	4.226.698
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(2.369.658)	(3.224.843)	(4.027.602)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	985.749	149.371	373.454
Carteira líquida de câmbio	2.711.228	3.400.377	4.010.335

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira	74.215	374.500	(62.404)	(36.447)
Variações cambiais – outras	126.351	559.697	(195.331)	(100.975)
Operações de câmbio	76.846	191.156	50.757	162.650
Resultado de câmbio	277.412	1.125.353	(206.978)	25.228

Nota 10 – Outros valores e bens

A CAIXA promove periodicamente a avaliação dos bens não de uso próprio no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.566/2008.

Bens não de uso próprio representam imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas atividades da CAIXA.

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. Em sua composição destaca-se o prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN no valor de R\$ 652.410 (31/12/2017 - R\$ 593.473; 30/09/2017 - R\$ 72.095).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Bens não de uso próprio	10.184.254	7.903.899	7.090.791
Imóveis patrimoniais não de uso	2.316.288	1.743.706	1.517.458
Imóveis adjudicados/arrematados	7.867.966	6.160.193	5.573.333
Despesas antecipadas	755.585	611.036	190.009
Material de consumo	35.217	44.779	38.736
Provisões para perdas com desvalorização de imóveis (b)	(855.002)	(272.551)	(251.819)
Total	10.120.054	8.287.163	7.067.717

(b) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Saldo inicial	(788.877)	(272.551)	(238.918)	(177.004)
Constituição (1)	(120.741)	(719.543)	(46.301)	(147.342)
Baixas	54.616	137.092	33.400	72.527
Saldo final	(855.002)	(855.002)	(251.819)	(251.819)

(1) A variação relevante no montante acumulado em setembro/2018 de constituição de provisão para perdas refere-se à atualização dos parâmetros de apuração destes valores, adotada a partir de 2018.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Investimentos**(a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:**

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado.

A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

(a1) Participações societárias da CAIXAPAR

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.546	112.732.358	39,87	32,83
Branes	2.200.010	-	2,00	2,00
FIP Veneza	171.667	-	-	75,00
Caixa Imóveis	499.825	-	49,98	49,98
Capgemini	63.764.544	-	20,70	19,11
Cibrasec	4.000	20	9,65	9,65
Caixa Crescer	54.652.415	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	926.554.371	0,01	36,90
TecBan	436.134.248	-	11,61	11,61
Quod (1)	6.460.970	6.460.970	20,00	20,00

(1) A razão social da GIC – Gestora de Inteligência de Crédito foi alterada para Quod.

(a2) Participações societárias da CAIXA Seguridade

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	339.313.199	106.164	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	4.726.868	-	48,21	48,21

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição dos investimentos

No investimento do Banco PAN foram eliminados os efeitos do lucro não realizado no valor de R\$ 33.706 no 3º trimestre/2018 e de R\$ 218.006 em Setembro/2018 (3º trimestre/2017 – (R\$ 1.970) e em Setembro/2017 – (R\$ 171.675)).

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017	2018		2017	
				3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
CAIXA Seguros Holding	3.606.980	3.402.526	3.381.296	259.804	712.909	219.272	691.094
Banco PAN	871.869	759.948	759.432	49.834	270.811	31.916	(119.041)
Elo Serviços	95.552	44.692	47.664	19.059	48.037	17.782	24.553
Cia. Brasileira de Securitização - CIBRASEC	6.906	7.025	6.967	18	102	37	219
Crescer	-	-	-	(2.470)	(8.428)	(5.239)	(10.961)
Caixa Imóveis	-	3.479	3.479	(3.073)	(9.715)	-	-
Branes	1.886	1.898	1.898	(20)	(12)	8	24
Galgo Sistemas de Informações	1.171	1.285	1.336	(22)	(114)	(65)	(416)
Fundo Garantia de Operações - FGO (1)	495.848	467.384	425.319	-	-	-	-
Fundo Garantidor Habitação Popular - FGAB (1)	265.210	265.210	265.210	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações - Veneza	33.300	27.156	32.639	(129)	5.806	(266)	(796)
TECBAN	110.969	112.049	110.701	(1.448)	(8.126)	970	4.164
Quod (2)	61.158	28.724	12.040	8	(3.618)	(1.125)	(1.125)
PAN Corretora	17.449	26.698	29.478	1.271	3.936	808	4.196
PAN Seguros	339.530	368.764	380.323	10.434	34.005	9.116	27.571
Outros investimentos (1)	9.561	23.713	77.329	(8.301)	(23.844)	(14.116)	(48.797)
Total	5.917.389	5.540.551	5.535.111	324.965	1.021.749	259.098	570.685

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(2) A razão social da GIC – Gestora de Inteligência de Crédito foi alterada para Quod.

(c) Movimentação dos ágios na aquisição de investimentos

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Saldo anterior	108.859	118.381	127.902	145.351
Amortizações	(4.761)	(14.283)	(4.761)	(22.210)
Saldo atual	104.098	104.098	123.141	123.141

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Redução ao valor recuperável de investimentos

Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.566/2008.

Descrição	30/09/2018			31/12/2017			30/09/2017
	Custo	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Capgemini	71.410	(72.383)	(973)	85.692	(72.514)	13.178	66.794
Fundo Garantia de Operações - FGO	495.848	-	495.848	495.848	(28.464)	467.384	425.319
PAN Corretora	17.482	(33)	17.449	26.731	(33)	26.698	29.478
Outros investimentos	21.622	(11.087)	10.535	21.622	(11.087)	10.535	10.535
Total	606.362	(83.503)	522.859	629.893	(112.098)	517.795	532.126

Nota 12 – Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual (Resolução CMN nº 4.535/2016) e são submetidos a teste de redução ao valor recuperável (Resolução CMN nº 3.566/2008).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos.

Com o índice de imobilização apurado de 9,28% (31/12/2017 – 11,03%; 30/09/2017 – 11,58%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

Descrição	Vida útil (em anos)	30/09/2018			31/12/2017	30/09/2017
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	-	2.591.409	(1.510.319)	1.081.090	1.015.260	827.418
Edificações	25	2.506.202	(1.510.319)	995.883	932.096	759.627
Terrenos	-	85.207	-	85.207	83.164	67.791
Reavaliações de imóveis de uso	-	690.104	(245.967)	444.137	462.084	479.489
Edificações	25	504.311	(245.967)	258.344	275.016	289.615
Terrenos	-	185.793	-	185.793	187.068	189.874
Outras imobilizações de uso	-	8.028.745	(6.621.397)	1.407.348	1.588.044	1.627.490
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10	1.523.998	(1.087.946)	436.052	697.353	696.009
Sistema de comunicação	10	104.070	(83.694)	20.376	12.789	13.468
Sistema de proc. de dados	5	5.848.159	(5.021.861)	826.298	764.938	811.510
Sistema de transporte e segurança	5	552.518	(427.896)	124.622	112.964	106.503
Total	-	11.310.258	(8.377.683)	2.932.575	3.065.388	2.934.397

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2017	Movimentação em 2018				30/09/2018	30/09/2017
	Líquido	Transf. (1)	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	1.015.260	(613)	325.922	(26.285)	(233.194)	1.081.090	827.418
Edificações	932.096	(283)	323.549	(26.285)	(233.194)	995.883	759.627
Terrenos	83.164	(330)	2.373	-	-	85.207	67.791
Reavaliação de imóveis de uso	462.084	-	-	(2.712)	(15.235)	444.137	479.489
Edificações	275.016	-	-	(1.437)	(15.235)	258.344	289.615
Terrenos	187.068	-	-	(1.275)	-	185.793	189.874
Outras imobilizações de uso	1.588.044	-	263.500	(328)	(443.868)	1.407.348	1.627.490
Instalações, móveis e equipamentos de uso	697.353	(223.347)	28.449	-	(66.403)	436.052	696.009
Sistema de comunicação	12.789	9.695	371	-	(2.479)	20.376	13.468
Sistema de proc. de dados	764.938	213.652	187.619	(324)	(339.587)	826.298	811.510
Sistema de transporte e segurança	112.964	-	47.061	(4)	(35.399)	124.622	106.503
Total	3.065.388	(613)	589.422	(29.325)	(692.297)	2.932.575	2.934.397

(1) Representam as reclassificações dentro do ativo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN nº 4.534/2016) e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável - *impairment* (Resolução CMN nº 3.566/2008).

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos logiciais – *softwares*.

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência. A CAIXA possui um contrato relevante com valor contábil de R\$ 491.942 e prazo remanescente de 54 meses.

Projetos logiciais - *softwares* referem-se a aquisições de *software* e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo.

(a) Composição

Descrição	30/09/2018				31/12/2017	30/09/2017
	Custo	Amortização Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.016.946	(1.534.031)	(2.239)	1.480.676	1.931.870	1.738.322
Projetos logiciais - Software	1.774.241	(468.622)	-	1.305.619	1.283.029	1.253.653
Total	4.791.187	(2.002.653)	(2.239)	2.786.295	3.214.899	2.991.975

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2017	Movimentação em 2018			30/09/2018	30/09/2017
	Líquido	Adições	Baixas	Amortizações	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.931.870	55.349	(1.790)	(504.753)	1.480.676	1.738.322
Projetos logiciais - Software	1.283.029	150.840	-	(128.250)	1.305.619	1.253.653
Total	3.214.899	206.189	(1.790)	(633.003)	2.786.295	2.991.975

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos
(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Depósitos à Vista	28.306.129	-	-	-	28.306.129	32.398.707	28.150.331
Pessoas físicas	14.194.154	-	-	-	14.194.154	15.571.635	13.710.670
Pessoas jurídicas	10.606.325	-	-	-	10.606.325	12.246.363	10.934.991
Vinculados	2.363.535	-	-	-	2.363.535	2.172.783	2.148.674
Governo	654.842	-	-	-	654.842	1.511.492	888.517
Moedas estrangeiras	38.983	-	-	-	38.983	9.205	6.354
Instituições do sistema financeiro	20.252	-	-	-	20.252	26.820	29.123
Entidades públicas	121.645	-	-	-	121.645	572.551	154.553
Contas encerradas	32.123	-	-	-	32.123	29.606	28.775
Outros	274.270	-	-	-	274.270	258.252	248.674
Depósitos de poupança	291.400.033	-	-	-	291.400.033	276.693.320	267.000.613
Pessoas físicas	287.413.113	-	-	-	287.413.113	272.495.932	263.170.463
Pessoas jurídicas	1.700.032	-	-	-	1.700.032	2.011.728	1.679.725
Vinculados	2.069	-	-	-	2.069	2.082	2.121
Contas encerradas	2.284.819	-	-	-	2.284.819	2.183.578	2.148.304
Depósitos interfinanceiros	-	62.262	308.707	20.559	391.528	577.401	648.582
Depósitos a prazo	84.048.927	4.816.540	20.189.213	76.010.626	185.065.306	185.643.021	203.855.716
CDB	10.755	4.816.540	20.189.213	76.010.626	101.027.134	110.838.571	125.369.145
Depósitos judiciais	84.038.172	-	-	-	84.038.172	74.804.450	78.486.571
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.662.521	-	-	-	9.662.521	10.913.088	10.406.519
Outros	1	-	-	-	1	26	39
Total	413.417.611	4.878.802	20.497.920	76.031.185	514.825.518	506.225.563	510.061.800
Passivo circulante					438.794.333	412.992.266	403.203.099
Passivo não circulante					76.031.185	93.233.297	106.858.701

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de depósitos a prazo é composto por remunerações prefixadas e pós-fixadas. Em 30/09/2018, 69,25% do montante destes depósitos referem-se às operações de CDB/RDB com remuneração prefixada. Os depósitos judiciais possuem remuneração pós-fixada e correspondem 45,41% do montante dos depósitos a prazo.

Em 30/09/2018, 93,73% dos saldos dos depósitos especiais e de fundos e programas referem-se às operações com remuneração pós-fixada.

(b) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado Setembro	3º trimestre	Acumulado Setembro
Depósitos de poupança	(3.312.443)	(9.918.362)	(4.077.737)	(12.586.350)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.627.602)	(5.007.427)	(2.896.224)	(10.638.640)
Depósitos judiciais	(831.807)	(2.473.851)	(1.147.326)	(3.513.751)
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	(291.856)	(878.967)	(305.285)	(1.256.878)
Depósitos interfinanceiros	(6.836)	(25.325)	(18.060)	(70.845)
Outras captações	(145.857)	(491.765)	(194.894)	(587.995)
Total	(6.216.401)	(18.795.697)	(8.639.526)	(28.654.459)

(c) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	4.314.959	3.580.263	3.308.762
Depósitos - Especiais com remuneração	2.275.111	2.245.150	2.226.130
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	252.939	1.621.973	1.380.071
Depósitos – PREVHAB	905.066	867.229	853.687
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	632.038	746.517	578.559
Fundo Garantidor do FIES (1)	2.969	-	-
Programa de Integração Social – PIS	330.431	303.829	360.765
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 14 (e))	127.906	577.319	828.401
Fundo Garantia Safra – FGS	291.798	386.909	275.613
Depósitos – PRODEC	66.860	64.725	63.790
Outros	462.444	519.174	530.741
Total	9.662.521	10.913.088	10.406.519

(1) Fundo instituído pela Lei nº 13.530/2017 e com integralização pela União autorizada pelo Decreto nº 9.305/2018.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2018		2017	
		3º trimestre	Acumulado Setembro	3º trimestre	Acumulado Setembro
Depósitos – FGTS	Selic	(97.584)	(327.105)	(126.253)	(580.783)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(107.515)	(265.555)	(16.498)	(57.918)
Depósitos – FAR	Selic	(15.486)	(65.383)	(56.204)	(219.067)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(14.158)	(41.680)	(18.846)	(63.671)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(10.464)	(31.116)	(14.831)	(60.015)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(7.989)	(23.309)	(10.255)	(34.563)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(4.357)	(13.265)	(4.434)	(16.409)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(2.268)	(10.775)	(17.570)	(64.675)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(9.925)	(23.677)	(8.663)	(34.898)
Depósitos – FCA	Extra - mercado	(3.154)	(9.405)	(4.331)	(24.225)
Depósitos – Caução	TR	(1.389)	(3.505)	(1.990)	(8.082)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(971)	(2.884)	(965)	(3.122)
Outros		(16.596)	(61.308)	(24.445)	(89.450)
		(291.856)	(878.967)	(305.285)	(1.256.878)

(e) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, *pro rata die*, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT	Data	30/09/2018			31/12/2017			30/09/2017		
				Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas				50.876	2.388	53.265	303.455	199.171	502.626	319.276	434.432	753.708
Proger urbano				-	262	262	243.786	108.521	352.307	259.078	314.260	573.338
Investimento	008/2005	RA	10/10/2005	-	262	262	243.786	108.521	352.307	259.078	314.260	573.338
FAT infraestrutura				50.544	12	50.557	59.245	87.722	146.967	59.778	117.003	176.781
Infraestrutura econômica	013/2006	RA	08/08/2008	50.544	12	50.557	59.245	87.722	146.967	59.778	117.003	176.781
FAT – PNMPO				332	2.114	2.446	424	2.928	3.352	420	3.169	3.589
FAT – microcrédito	015/2006	RA	10/05/2007	332	2.114	2.446	424	2.928	3.352	420	3.169	3.589
Linhas de crédito especiais				402	74.239	74.641	415	74.278	74.693	429	74.264	74.693
FAT - vila panamericana	001/2005	SD	09/12/2005	402	74.239	74.641	415	74.278	74.693	429	74.264	74.693
Total				51.278	76.628	127.906	303.870	273.449	577.319	319.705	508.696	828.401

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Carteira própria (1)	54.914.674	109.961.976	121.267.805
Letras financeiras do tesouro	20.332.909	20.857.128	19.850.681
Letras do tesouro nacional	28.441.574	77.682.536	67.728.423
Notas do tesouro nacional	2.222.403	8.533.004	27.292.799
Debêntures	1.356.251	524.349	3.520.665
Certificados de recebíveis imobiliários	2.561.537	2.364.959	2.875.237
Carteira de terceiros	107.134.080	38.565.290	31.123.088
Letras do tesouro nacional	74.788.782	38.565.290	31.123.088
Notas do tesouro nacional	32.345.298	-	-
Livre movimentação	-	-	4.436.439
Letras do tesouro nacional	-	-	4.436.439
Total	162.048.754	148.527.266	156.827.332
Passivo circulante	149.193.536	140.486.574	155.462.097
Passivo não circulante	12.855.218	8.040.692	1.365.235

(1) Valores calculados considerando o PU de lastro (PU de Garantia) do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado de setembro	3º trimestre	Acumulado de setembro
Carteira própria	(1.016.407)	(3.601.767)	(1.645.645)	(5.211.109)
Carteira de terceiros	(1.501.843)	(3.703.771)	(1.663.234)	(7.008.863)
Carteira de livre movimentação	-	-	(132.049)	(380.477)
Total	(2.518.250)	(7.305.538)	(3.440.928)	(12.600.449)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra de crédito imobiliária	(CDI)	7.347.156	7.253.913	8.654.101	40.737.762	63.992.932	82.326.153	89.268.883
Letra de crédito imobiliária	(TR)	-	-	-	52.000	52.000	56.682	58.252
Letra hipotecária	(IGP-M)	-	-	-	773.114	773.114	733.162	702.908
Letra hipotecária	(INPC)	-	-	-	16.458	16.458	16.414	15.876
Letra financeira	(CDI)	13.450.098	591.845	1.778.680	326.535	16.147.158	33.187.079	34.629.362
Letra financeira	(IPCA)	5.946	10.430	7.010	1.105.521	1.128.907	1.067.065	1.041.719
Letra de crédito do agronegócio	(CDI)	-	-	-	-	-	141.779	188.968
Total		20.803.200	7.856.188	10.439.791	43.011.390	82.110.569	117.528.334	125.905.968
Passivo circulante						39.099.179	62.361.482	49.581.429
Passivo não circulante						43.011.390	55.166.852	76.324.539

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado Setembro	3º trimestre	Acumulado Setembro
Letras de crédito imobiliárias	(887.450)	(2.886.482)	(1.749.066)	(6.316.131)
Letras hipotecárias	(40.939)	(117.363)	(17.260)	(41.925)
Letras financeiras	(343.472)	(1.229.347)	(933.867)	(3.132.165)
Letras de crédito do agronegócio	-	(2.828)	(4.517)	(24.957)
Total	(1.271.861)	(4.236.020)	(2.704.710)	(9.515.178)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas a seguir, e 1 tranche subordinada, apresentada na Nota 18 (d1).

Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencim. (2)	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	-	-	3.198.958
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.945.534	1.758.256	1.580.209
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	5.132.166	4.229.278	4.086.905
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	5.328.345	4.694.317	4.236.734
Total						12.406.045	10.681.851	13.102.806
Passivo circulante						289.897	154.314	267.900
Passivo não circulante						12.116.148	10.527.537	12.834.906

(1) Valores em milhares de US\$.

(2) Data de vencimento dos próximos juros.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado Setembro	3º trimestre	Acumulado Setembro
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(649.667)	(1.981.437)	373.554	(195.953)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(98.365)	(100.221)	31.787	(99.013)
Total	(748.032)	(2.081.658)	405.341	(294.966)

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Repasses no país	292.061.483	269.553.942	260.072.097
FGTS	259.929.635	235.620.378	225.709.752
BNDES	29.007.653	30.814.153	31.184.637
Tesouro Nacional – PIS	155.264	399.970	526.489
Fundo Marinha Mercante	2.499.402	2.380.023	2.348.856
Outras instituições	469.529	339.418	302.363
Repasses no exterior	67.615	55.530	53.806
Empréstimos no exterior	2.505.371	2.147.951	3.294.585
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	2.505.371	2.147.951	3.294.585
Total de obrigações por empréstimos e repasses	294.634.469	271.757.423	263.420.488
Passivo circulante	1.211.639	1.507.793	1.265.364
Passivo não circulante	293.422.830	270.249.630	262.155.124

(a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,10% a.a. (habitação 5,04% a.a., infraestrutura 5,68% a.a. e saneamento 5,63% a.a.) e prazo médio de retorno de 236 meses (habitação 243 meses, infraestrutura 200 meses e saneamento 161 meses).

(b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas a taxa de juros de até 3,73% a.a., substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos em até 2019.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado Setembro	3º trimestre	Acumulado Setembro
Repasses no país	(4.370.144)	(12.793.344)	(4.332.785)	(12.909.830)
FGTS	(3.755.728)	(10.900.636)	(3.690.328)	(10.961.675)
BNDES	(542.142)	(1.634.119)	(602.165)	(1.768.362)
Tesouro Nacional – PIS	(2.562)	(11.610)	(8.691)	(34.364)
Fundo Marinha Mercante	(54.249)	(202.840)	(14.831)	(85.154)
Outras instituições	(15.463)	(44.139)	(16.770)	(60.275)
Repasses no exterior	(2.890)	(12.773)	2.804	302
Empréstimos no exterior	(163.000)	(543.315)	146.855	35.781
Total	(4.536.034)	(13.349.432)	(4.183.126)	(12.873.747)

Nota 18 – Outras obrigações**(a) Composição**

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	25.714.198	24.956.210	24.207.963
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	16.082.374	17.850.274	11.884.621
Dívida Subordinada	10.444.088	10.742.909	10.844.879
Sociais e estatutárias	3.240.855	3.686.370	2.291.821
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.769.811	2.413.674	2.832.159
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	2.477.571	3.320.698	1.156.727
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.317.565	416.763	2.016.494
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	985.749	149.371	373.454
Negociação e intermediação de valores	2.503	45.770	51.357
Diversas (Nota 18 (e))	66.349.530	69.003.425	74.442.365
Total	128.384.244	132.585.464	130.101.840
Passivo circulante	58.011.407	60.794.018	57.805.704
Passivo não circulante	70.372.837	71.791.446	72.296.136

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Tributos sobre salários a recolher	620.293	462.102	465.768
Tributos sobre serviços a recolher	278.089	316.370	305.670
Tributos sobre lucros a recolher	370.365	116.448	287.508
Imposto de renda	67.660	11.448	25.388
Contribuição social	24.410	4.228	9.519
COFINS	239.325	87.182	217.265
PASEP	38.970	13.590	35.336
Tributos diferidos	501.064	1.518.754	1.773.213
Reavaliação – edificações	120.233	127.958	130.327
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	20.524	1.124.343	1.395.582
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	317.982	266.453	247.304
Contratos futuros	42.325	-	-
Total	1.769.811	2.413.674	2.832.159
Passivo circulante	1.649.578	2.285.716	2.701.832
Passivo não circulante	120.233	127.958	130.327

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

A variação significativa dos recursos do PIS a partir do 2º semestre de 2017 refere-se aos recursos disponibilizados para retiradas de cotas, conforme Lei 13.677 de 13/06/2018.

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Fundos e programas sociais	13.004.764	10.160.348	9.956.613
FGTS	9.022.831	5.997.018	5.443.452
Minha Casa Minha Vida	3.006.711	3.390.447	3.453.966
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	314.786	312.138	308.134
Programas de transferência de renda	486.607	239.997	560.027
Outros fundos e programas	173.829	220.748	191.034
Fundos financeiros e de desenvolvimento	2.349.319	6.745.762	1.113.038
PIS	1.828.096	5.900.384	480.750
FAT	519.741	843.897	630.806
FINSOCIAL	1.482	1.481	1.482
Operações com loterias	728.291	944.164	814.970
Total	16.082.374	17.850.274	11.884.621

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 21 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 08 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 08 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/2013, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 23/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% a.a.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco. Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu “Sobre a Caixa”.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencim.	Rem. a.a. (%)	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 30/09/2018	Saldo devedor 31/12/2017	Saldo devedor 30/09/2017
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS									
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.658.217	(4.835.488)	-	1.262.446	1.930.967	2.153.501
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.843.337	-	-	4.843.337	4.633.878	4.565.701
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.338.305	-	-	4.338.305	4.178.064	4.125.677
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	845.445	-	-	3.845.445	3.701.615	3.654.608
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	1.005.456	-	-	5.005.456	4.830.426	4.773.125
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	573.358	-	-	3.573.358	3.449.607	3.409.085
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	457.318	-	-	4.457.318	4.302.865	4.252.284
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	287.498	-	-	4.287.498	4.135.636	4.085.936
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	106.464	-	-	2.106.464	2.026.513	2.000.000
Letra Financeira elegível – Nível II									
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	6.561	-	-	16.561	15.726	15.427
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	11.158	-	-	28.558	27.120	26.603
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	842	-	-	2.342	2.224	2.181
jun/24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	144.378	-	139	344.517	368.551	339.262
fev/25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	669	-	33	1.902	1.951	1.885
fev/25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	660	-	18	1.878	1.934	1.863
fev/25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	1.339	-	(8)	3.731	3.881	3.704
mar/25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	649	-	(13)	1.836	1.904	1.823
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	929.965	-	919	2.037.334	2.086.257	1.640.177
Total			30.781.067	10.211.619	(4.835.488)	1.088	36.158.286	35.699.119	35.052.842

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis. A incorporação da atualização monetária ao saldo de principal e o pagamento do encargo financeiro referentes a um determinado exercício serão devidos quando forem realizados pagamentos de dividendos, inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio ou aumento de capital com lucros em favor da UNIÃO, relativos ao mesmo exercício.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos híbridos de capital e dívida, perfazendo um montante de R\$ 2.041.660 em 30/09/2018 (31/12/2017 – R\$ 3.320.698, 30/09/2017 – R\$ 1.156.727).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 29 (a))	21.205.560	22.274.820	26.907.019
Saúde CAIXA	9.095.538	10.122.889	14.805.101
Auxílio e cesta alimentação	1.348.838	1.422.383	1.376.576
Planos de benefícios - Previdência privada	10.761.184	10.729.548	10.725.342
Recursos vinculados a cessão de crédito	10.773.142	12.181.955	12.607.684
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	9.228.297	12.283.183	11.527.588
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 28)	4.723.329	4.283.853	4.348.615
Obrigações por transações de pagamento	3.774.106	3.967.431	3.453.380
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 28)	3.326.472	3.080.057	3.385.647
Provisões para pagamentos a efetuar	3.479.390	2.667.915	3.540.984
Financiamentos imobiliários a liberar	2.971.010	2.341.570	3.105.298
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.070.760	1.520.875	1.424.086
Provisões para outras contingências	1.893.366	1.745.257	1.693.918
Recursos do FGTS para amortizações	1.435.458	1.171.442	1.217.774
Obrigações por convênios	728.191	916.130	730.148
Recursos vinculados a operações de crédito	420.413	261.876	258.230
Provisões para causas judiciais - demandas fiscais (Nota 28)	292.618	281.425	216.772
Obrigações por contribuições ao SFH	27.418	25.636	25.222
Total	66.349.530	69.003.425	74.442.365

Os recursos vinculados a operações de crédito são recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

Os recursos vinculados a cessão de crédito são recursos de operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008.

(f) Credores diversos – País

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Cartões de crédito	4.277.350	4.321.167	3.997.429
Valores a apropriar	2.722.988	4.852.525	4.361.678
Crédito imobiliário – repasses	634.195	1.058.585	1.098.050
Fornecedores	1.007.041	1.154.921	821.745
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	219.138	273.043	336.796
Contas a pagar	115.835	123.697	287.707
Crédito comercial – repasses	74.647	36.584	61.373
Obrigações com a União – repasses	58.180	54.894	53.829
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	48.454	62.482	63.592
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	12.573	20.338	33.653
Valores a restituir – penhor	173	68.906	71.998
Outros credores diversos	57.723	256.041	339.738
Total	9.228.297	12.283.183	11.527.588

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de Capital Autorizado da CAIXA para R\$ 45.000.000 e do Capital Social para R\$ 30.193.024. O aumento do Capital Social em andamento decorre da incorporação do montante de R\$ 562.905 da Reserva estatutária – loterias.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/2013 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Assim, todos os instrumentos híbridos de capital e dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o patrimônio líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos:

Discriminação	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Contrato 348/2007	9.468.805	7.851.945	7.851.945
Contrato 504/2009	9.663.215	8.013.159	8.013.159
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000	8.000.000
Total	40.242.618	36.975.702	36.975.702

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a incorporação da atualização monetária ao saldo de principal e o pagamento do encargo financeiro referentes a um determinado exercício serão devidos quando forem realizados pagamentos de dividendos, inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio ou aumento de capital com lucros em favor da União, relativos ao mesmo exercício.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 30/09/2018 índice de 19,83% (31/12/2017 – 17,65%; 30/09/2017 – 15,24%) (Nota 31), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem de Patrimônio Líquido compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Reservas de reavaliação	341.278	352.348	350.329
Reservas de lucros	13.910.195	13.923.642	9.527.076
Reserva legal	2.315.970	2.024.337	3.006.218
Reserva estatutária – loterias	257.825	562.905	759.861
Reservas margem operacional	11.336.400	11.336.400	5.760.997

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,50% acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto Social da CAIXA.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o opinamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais, as condições da Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e o Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 2.179.572 (30/09/2017 – R\$ 1.359.937) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 980.807 no acumulado de setembro de 2018 (R\$ 611.972 no Acumulado de setembro de 2017).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL**

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Tributos Correntes	(617.123)	(2.864.916)	(296.509)	(1.537.343)
Tributos Diferidos	(226.451)	1.296.728	(430.428)	1.484.642
Passivo Fiscal Diferido	149.610	945.763	(283.886)	(553.340)
Ativo Fiscal Diferido	(376.061)	350.965	(146.542)	2.037.982
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(271.810)	892.458	(94.501)	2.323.853
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(104.251)	(541.493)	(52.041)	(285.871)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(843.574)	(1.568.188)	(726.937)	(52.701)

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Resultado antes dos tributos e participações	6.392.143	14.775.981	3.207.779	7.023.583
Encargo IRPJ e CSLL	(2.876.457)	(6.649.173)	(1.443.495)	(3.160.595)
Efeitos tributários adições e exclusões	1.573.823	1.692.589	764.099	838.473
Juros sobre o capital próprio	392.633	980.807	153.481	611.972
Participação em coligadas e controladas	(451.509)	(266.410)	116.218	343.240
Realização Prejuízo Fiscal	104.251	541.493	52.041	285.871
Participação dos empregados nos lucros	330.812	782.453	140.576	327.639
Outros	309.324	53.325	(79.429)	(783.943)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(617.123)	(2.864.916)	(296.509)	(1.537.343)

(c) Passivo fiscal diferido**(c.1) Obrigações fiscais diferidas – IRPJ/CSLL**

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Despesa diferida/marcação a mercado	298.590	1.219.405	1.449.392
Outros	120.233	127.958	130.327
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	418.823	1.347.363	1.579.719

(c.2) Obrigações fiscais diferidas – PASEP/COFINS

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Despesa diferida/marcação a mercado	44.055	171.390	193.494
PASEP e COFINS do Período	44.055	171.390	193.494

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ativo fiscal diferido

(d.1) Composição dos créditos tributários – IRPJ/CSLL

Descrição	31/12/2017	Constituição	Reversão	30/09/2018	30/09/2017
Diferenças temporárias:	32.887.418	13.376.382	(12.483.927)	33.779.873	34.243.466
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.421.757	6.370.971	(7.038.923)	21.753.805	22.151.205
Passivos atuariais	3.315.361	410.836	(276.521)	3.449.676	3.784.349
Provisões trabalhistas	1.767.089	153.574	(1.811)	1.918.852	1.848.161
Provisões cíveis	1.277.918	222.895	(142.755)	1.358.058	1.568.747
Provisões fiscais	86.744	42.265	(32.572)	96.437	88.113
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	715.072	-	(715.072)	-	905.943
Provisão para desvalorização - bens não de uso	91.518	356.399	(113.741)	334.176	85.856
Provisão para Perdas - FCVS a receber	1.116.924	20.774	(102.417)	1.035.281	1.091.204
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	1.114.907	-	1.114.907	520.527
Outros	2.095.035	4.683.761	(4.060.115)	2.718.681	2.199.361
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.288.670	-	(541.493)	747.177	1.096.884
Prejuízo fiscal a realizar	1.288.670	-	(541.493)	747.177	1.096.884
Total dos créditos com impacto no resultado	34.176.088	13.376.382	(13.025.420)	34.527.050	35.340.350
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	733.563	-	(733.563)	-	747.087
Perdas atuariais CPC 33	5.047.892	-	(413.965)	4.633.927	5.585.913
Total dos créditos com impacto no PL	5.781.455	-	(1.147.528)	4.633.927	6.333.000
Total dos créditos tributários	39.957.543	13.376.382	(14.172.948)	39.160.977	41.673.350
Total dos créditos não constituídos	1.259.399	-	(175.238)	1.084.161	2.030.898

(d.2) Composição dos créditos tributários – PASEP/COFINS

Descrição	31/12/2017	Constituição	Reversão	30/09/2018	30/09/2017
Total dos créditos com impacto no resultado	77.495	115.207	(77.495)	115.207	151.965
Ajuste a mercado	77.495	-	(77.495)	-	98.180
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	115.207	-	115.207	53.785
Total dos créditos com impacto no patrim. líq.	79.497	-	(79.497)	-	80.964
Ajuste a valor de mercado – tít. disp. para venda	79.497	-	(79.497)	-	80.964
Total	156.992	115.207	(156.992)	115.207	232.929

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Expectativa de realização – valor contábil

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 30/09/2018 estão representados a seguir:

Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Diferença Temporal	TOTAL
2018	212.857	7.425.066	7.637.923
2019	534.321	2.128.819	2.663.140
2020	-	3.963.197	3.963.197
2021	-	4.081.553	4.081.553
2022	-	3.343.357	3.343.357
2023	-	4.094.332	4.094.332
2024 a 2028	-	13.492.682	13.492.682
Total	747.178	38.529.006	39.276.184
Valor Presente	739.413	30.020.696	30.760.109

Nota 21 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias**a) Receitas de prestação de serviços**

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Administração de fundos sociais	2.352.966	6.044.802	1.832.570	5.458.350
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.292.777	3.836.109	1.189.507	3.706.266
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	76.974	141.777	34.334	105.363
Programa de Integração Social (PIS)	484.385	649.591	71.285	142.748
Loterias Federais	341.881	963.877	355.631	961.692
Financiamento Estudantil - (FIES)	122.694	360.707	150.562	446.819
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	21.987	57.197	19.325	57.681
Seguro-desemprego	11.177	34.058	11.141	36.408
Outros	1.091	1.486	785	1.373
Repasses da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	44.931	116.535	35.993	107.976
Rendas de cartões	354.845	1.058.845	343.249	1.045.428
Operações de crédito e garantias prestadas	494.044	1.481.531	535.792	1.631.680
Cobranças	238.214	735.267	242.808	744.541
Arrecadações	821.700	2.429.085	835.374	2.405.647
Fundos de investimentos e carteiras administradas	566.439	1.611.660	472.006	1.373.141
Conta corrente	103.520	323.709	127.990	350.271
Programas de transferência de renda	112.923	329.217	110.826	324.434
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	12.597	38.124	11.479	33.521
Prestados a ligadas	196.954	620.228	180.750	535.303
Outros serviços	113.498	275.932	86.968	282.109
Total	5.412.631	15.064.935	4.815.805	14.292.401

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Rendas de cartões	193.863	565.113	169.489	508.020
Operações de crédito e cadastro	285.963	871.211	292.234	870.883
Pacote de serviços	838.853	2.540.277	659.122	1.843.988
Contas de depósito	190.415	568.097	198.064	548.184
Transferência de recursos	112.062	319.124	82.517	222.380
Outras	77.049	206.013	82.202	243.107
Total	1.698.205	5.069.835	1.483.628	4.236.562

Nota 22 – Despesas com pessoal

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Salários	(2.983.960)	(8.963.202)	(3.242.517)	(9.948.191)
Indenizações trabalhistas	(363.926)	(1.048.278)	(533.406)	(1.288.972)
Benefícios	(661.977)	(1.978.537)	(663.302)	(1.948.377)
Encargos sociais:	(1.210.108)	(3.594.445)	(1.124.483)	(3.580.530)
FGTS	(237.175)	(688.296)	(233.006)	(699.537)
Previdência social	(732.995)	(2.111.690)	(711.463)	(2.120.240)
Previdência complementar	(174.564)	(600.196)	(113.959)	(560.067)
Outros encargos	(65.374)	(194.263)	(66.055)	(200.686)
Outros	(32.813)	(85.020)	(34.450)	(96.631)
Total	(5.252.784)	(15.669.482)	(5.598.158)	(16.862.701)

Nota 23 – Outras despesas administrativas

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comunicações	(127.386)	(353.233)	(132.318)	(397.855)
Manutenção e conservação de bens	(240.115)	(732.177)	(250.875)	(717.128)
Água e energia	(115.195)	(334.428)	(103.886)	(330.189)
Aluguéis e arrendamento de bens	(364.905)	(1.107.733)	(379.859)	(1.148.290)
Material	(43.086)	(108.095)	(29.490)	(104.348)
Processamento de dados	(421.372)	(1.169.289)	(353.515)	(1.102.048)
Promoções e relações públicas	(62.956)	(179.811)	(64.399)	(224.045)
Propaganda e publicidade	(122.218)	(198.899)	(83.564)	(150.242)
Serviços do sistema financeiro	(138.837)	(419.358)	(136.240)	(406.671)
Serviços de terceiros	(447.582)	(1.328.523)	(461.723)	(1.393.399)
Serviços especializados	(162.800)	(416.850)	(151.575)	(415.324)
Serviços de vigilância e segurança	(223.641)	(662.522)	(228.799)	(668.991)
Amortização (Nota 13 (b))	(206.086)	(633.003)	(212.333)	(640.567)
Depreciação (Nota 12 (b))	(228.474)	(692.297)	(238.737)	(719.517)
Outras administrativas	(113.907)	(327.650)	(97.227)	(284.181)
Total	(3.018.560)	(8.663.868)	(2.924.540)	(8.702.795)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Outras receitas operacionais

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comissões e taxas sobre operações	157.110	540.009	145.007	435.127
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	815.887	2.184.493	814.184	2.270.547
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	243.462	665.137	172.807	480.776
Recuperação de despesas	374.820	1.079.964	375.941	1.208.474
Reversão de outras provisões operacionais	440.073	815.611	932.492	1.243.867
Atualização de depósitos em garantia	165.367	483.867	148.387	566.626
Rendas de créditos específicos	15.888	47.808	20.979	68.769
Receita de deságio na aquisição de royalties	19.843	59.282	19.564	68.530
Atualização monetária sobre operações diversas	68.718	193.885	15.510	67.537
Outras receitas operacionais	128.337	306.651	73.275	251.516
Total	2.429.505	6.376.707	2.718.146	6.661.769

(1) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com recursos do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2018 os custos foram de R\$ 8.765,81. (R\$ 6.008,58 indiretos e R\$ 2.757,23 diretos). Foram realizadas 249.206 contratações dessas operações no acumulado de 2018 (93.076 contratações no 3º trimestre).

Nota 25 – Outras despesas operacionais

O item “Instrumentos híbrido de capital e dívida – Atualização Monetária” refere-se essencialmente a Instrumentos celebrados com a União que possuem remuneração variável vinculada ao resultado auferido pela CAIXA no exercício.

Descrição	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
FCVS a receber - provisão/perdas	(114.609)	(210.349)	(226.878)	(469.695)
Obrigações com fundos e programas	(172.175)	(430.963)	(267.033)	(827.750)
Instrumentos híbrido de capital e dívida – AM	(457.021)	(1.220.868)	(405.409)	(1.174.764)
Despesas com cartão	(215.647)	(709.024)	(260.384)	(691.321)
Despesas com loterias	(72.282)	(177.463)	(53.339)	(164.544)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(812.117)	(2.172.670)	(672.543)	(1.894.507)
FGTS - arrecadação/pagamento	(108.638)	(304.843)	(204.915)	(539.565)
Serviços automatizados	(125.937)	(363.405)	(113.189)	(368.415)
Alavancagem de negócios	(183.210)	(548.626)	(200.159)	(601.205)
Operações de financiamentos imobiliários	(134.569)	(317.774)	(136.243)	(405.346)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(170.970)	(530.320)	(174.111)	(497.438)
Descontos de operações de crédito	(108.008)	(530.194)	(794.324)	(1.109.583)
Despesas com provisões operacionais	(247.077)	(947.892)	(285.960)	(822.791)
Provisão para causas judiciais	(312.505)	(1.077.436)	(586.189)	(1.061.886)
Condenações judiciais	(63.998)	(169.198)	(255.351)	(313.184)
Benefícios sociais	(29.540)	(82.500)	(41.876)	(133.945)
Benefício pós-emprego	(432.400)	(1.466.318)	(638.354)	(1.755.375)
Operações de crédito comerciais	(181.741)	(490.520)	(37.482)	(244.426)
Outras	(163.430)	(651.869)	(163.320)	(574.091)
Total	(4.105.874)	(12.402.232)	(5.517.059)	(13.649.831)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Resultado não operacional

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Receitas não operacionais	91.462	301.403	152.208	390.567
Lucro na alienação de valores e bens	35.672	83.095	29.256	75.718
Alienação de bens imóveis	21.243	62.159	32.518	85.324
Sobras de caixa não reclamadas	17.818	53.584	16.666	49.644
Multas e penalidades	5.082	17.333	10.536	23.259
Ganhos de capital com material permanente	-	22.704	-	-
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	1.499	6.399	62	662
Recuperação de perdas com fraudes	2.341	7.106	3.518	6.327
Recuperação de perdas com convênios/contratos	1.018	3.562	207	914
Reversão de perdas em investimentos permanentes	1	28.465	56.008	137.607
Outras rendas não operacionais	6.788	16.996	3.437	11.112
Despesas não operacionais	(327.700)	(1.284.674)	(363.902)	(809.416)
Desvalorização de outros valores e bens	(119.254)	(651.844)	(43.110)	(152.733)
Indenizações por perdas e danos	(69.983)	(206.045)	(79.053)	(207.850)
Perdas em imóveis	(23.148)	(94.874)	(23.969)	(62.507)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(17.724)	(46.478)	(17.072)	(62.037)
Prejuízo com fraude em operação de crédito	(24.011)	(29.685)	(11.492)	(19.540)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(30.455)	(190.383)	(86.712)	(186.724)
Outras despesas não operacionais	(43.125)	(65.365)	(102.494)	(118.025)
Total	(236.238)	(983.271)	(211.694)	(418.849)

O montante superior de despesas no acumulado de setembro de 2018 no item “Desvalorização de outros valores e bens” refere-se à constituição de provisões para perdas com desvalorização de imóveis não de uso (Nota 10) decorrente da modificação da metodologia para a apuração de perda no valor recuperável destes ativos, adotada a partir de 2018, devido à revisão da política adotada pela CAIXA para adequar-se às mudanças ocorridas no mercado imobiliário.

Nota 27 – Despesas tributárias

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
COFINS	(715.989)	(2.060.989)	(654.901)	(1.938.927)
PIS/PASEP	(117.424)	(337.533)	(107.039)	(316.901)
ISS	(194.577)	(578.074)	(189.707)	(555.673)
IPTU	(2.898)	(77.754)	(3.496)	(74.244)
Outras	3.465	(6.173)	(16.361)	(67.374)
Total	(1.027.423)	(3.060.523)	(971.504)	(2.953.119)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

(a) Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2017	Movimentação em 2018					30/09/2018	30/09/2017
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Trabalhistas (Nota 18 (e))	4.283.853	932.261	30.462	173.350	(97.118)	(599.479)	4.723.329	4.348.615
Cíveis (Nota 18 (e))	3.080.057	341.130	18.944	424.523	(326.698)	(211.484)	3.326.472	3.385.647
Feitos Diversos	623.662	259.156	2.843	42.325	(25.875)	(150.543)	751.568	539.385
Poupança - Planos Econômicos	1.457.556	14.455	3.578	355.182	(131)	(26.333)	1.804.307	1.478.007
Habitacional	299.417	66.137	3.095	25.456	(8.083)	(33.253)	352.769	545.948
Contingenciamento do FGTS	699.422	1.382	9.428	1.560	(292.609)	(1.355)	417.828	822.307
Fiscais (Nota 18 (b) e (e))	281.425	40.071	4.567	4.921	(32.479)	(5.887)	292.618	216.772
INSS	23.804	13.562	562	5	-	(3)	37.930	23.597
IPTU	43.592	3.230	1.416	888	(8)	(635)	48.483	48.232
ISSQN	127.690	14.938	713	2.623	(4.385)	(1.321)	140.258	122.294
Outros	86.339	8.341	1.876	1.405	(28.086)	(3.928)	65.947	22.649
Total	7.645.335	1.313.462	53.973	602.794	(456.295)	(816.850)	8.342.419	7.951.034

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30/09/2018, constavam 59.713 processos trabalhistas provisionados, sendo 56.227 “não relevantes” e 3.486 “relevantes”, cujos respectivos valores são corrigidos pelo IPCA.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30/09/2018, constavam 333.069 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 331.987 “não relevantes” e 1.082 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30/09/2018, foi provisionado R\$ 1.804.307 para estes processos (31/12/2017 – R\$ 1.457.553; 30/09/2017 – R\$ 1.478.006).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por aquela Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 30/09/2018, para estes processos é de R\$ 417.828 (31/12/2017 – R\$ 699.424; 30/09/2017 – R\$ 822.306).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2018, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 30/09/2018, realizou 13.029 acordos processuais (45% referente a ações indenizatórias e 55% referentes a recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, repositados para 30/09/2018, correspondem ao total de R\$ 1.610.345 (31/12/2017 – R\$ 1.580.215; 30/09/2017 – R\$ 1.574.043), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 37.930 (31/12/2017 – R\$ 23.806; 30/09/2017 – R\$ 23.597).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 30/09/2018, corresponde ao montante de R\$ 771.758 (31/12/2017 – R\$ 738.238; 30/09/2017 – R\$ 688.763).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 30/09/2018, o valor da provisão constituída é de R\$ 140.258 (31/12/2017 – R\$ 127.689; 30/09/2017 – R\$ 122.294).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de PER/DCOMP, os quais, em 30/09/2018, totalizam R\$ 58.776 (31/12/2017 – R\$ 79.160; 30/09/2017 – R\$ 6.680), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente à essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para risco de devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base na média de antecipações dos fluxos de pagamentos e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA. Em 30/09/2018 o montante provisionado é R\$ 1.893.366 (31/12/2017 – R\$ 1.745.257; 30/09/2017 – R\$ 1.693.918).

(d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Demandas fiscais	5.939.476	5.849.212	5.867.481
Demandas cíveis	1.928.501	1.918.840	1.898.239
Total	7.867.977	7.768.052	7.765.720

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.939.476 em 30/09/2018 (31/12/2017 – R\$ 5.849.212; 30/09/2017 – R\$ 5.867.481), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.941.668 em 30/09/2018 (31/12/2017 – R\$ 4.887.110; 30/09/2017 – R\$ 4.866.039), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 224.523 em 30/09/2018 (31/12/2017 – R\$ 221.528; 30/09/2017 – R\$ 220.370), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) CSLL, no valor de R\$ 176.838 em 30/09/2018 (31/12/2017 – R\$ 173.278; 30/09/2017 – R\$ 171.903), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 268.760 em 30/09/2018 (31/12/2017 – R\$ 263.943; 30/09/2017 – R\$ 261.494), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(d.2) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

No montante de R\$ 1.928.501 (31/12/2017 – R\$ 1.918.840; 30/09/2017 – R\$ 1.898.239) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH. E uma Ação Civil Pública de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. Em virtude do acordo firmado sobre o tema no STF, a CAIXA informa que está em andamento negociação com a PROJUST.

(e) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Demandas fiscais	11.976.178	11.595.707	11.483.436
Demandas trabalhistas	4.391.266	4.071.464	3.831.408
Demandas cíveis	1.069.813	986.923	1.002.546
Total (Nota 9 (b))	17.437.257	16.654.094	16.317.390

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Garantias financeiras prestadas

Exposição de Garantias Prestadas		
Carteira	Exposição	Provisão
FGTS - Carteiras Administradas (CA) e Fundo de Investimento (FI)	9.517.859	28.070
Disponibilidades do FGTS	18.062.389	-
Repasses - Entidades	31.501.968	10.201
FIES	457.427	25.616
Fiança bancária	23.000	230
Cessão de créditos	486.467	9.875
PAR (Recursos FAR)	16.916	8.458
Total	60.066.026	82.450

Para o FI FGTS e CA FGTS foi criado modelo de risco que considera como risco de crédito, a possibilidade de não pagamento dos fluxos de caixa ativos previstos na contratação de cada operação, mensurado por meio da perda projetada considerando o histórico de frustrações de retornos sobre a rentabilidade a ser garantida pela CAIXA ao FGTS.

A composição das disponibilidades do FGTS são depósitos remunerados na CAIXA e operações compromissadas em LTN, classificadas no *rating* "AA", que conforme legislação vigente, não há provisão.

Para os Repasses à outras Entidades, cujas maiores exposições se concentram no Banco do Brasil S.A. e no próprio FAR, aplica-se o percentual de 0,03% sobre a exposição ao risco (rentabilidade mínima de 6%).

Para os contratos do FIES, o *rating* de concessão é "C" e evolui conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999.

A fiança bancária possui um único contrato, cuja provisão é feita no *rating* B, concedida à empresa CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.

A carteira de cessão de créditos é composta por contratos SBPE, cuja provisão é de 2,03% sobre a exposição da carteira, conforme modelos internos.

O estoque remanescente da carteira do PAR com recursos do FAR é provisionado pelo *rating* F (50%), tendo em vista a evolução do atraso, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nota 29 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio e cesta-alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Benefícios de curto prazo	4.329.062	3.358.812	4.267.887
Natureza salarial	3.283.610	2.491.076	3.336.608
Participação dos empregados no lucro	1.045.452	867.736	931.279
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	21.205.560	22.274.820	26.907.019
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	9.095.538	10.122.889	14.805.101
Auxílio e cesta-alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.348.838	1.422.383	1.376.576
Planos de previdência complementar (cálculo atuarial (g.4))	10.761.184	10.729.548	10.725.342
Total	25.534.622	25.633.632	31.174.906

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economizários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar, auxílio/cesta alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de Planos de Previdência geridos pela Fundação dos Economizários Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), do Plano de Saúde (Saúde Caixa) e de auxílio alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

A CAIXA considera o risco atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo dimensiona adequadamente em seu modelo interno a abrangência das premissas adotadas, a volatilidade dos ativos e a variação do passivo atuarial.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Somente os Planos de Previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management (ALM)*, que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios - detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O novo estatuto da CAIXA, aprovado por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/12/2017, definiu um teto de 6,5% da folha de pagamento como limite máximo de dispêndio total da CAIXA com a oferta de benefício de assistência à saúde. Em função do limitador dos desembolsos por parte da empresa no custeio do Saúde CAIXA, os estudos técnicos elaborados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu indicaram redução no Valor Presente das Obrigações (VPO), uma vez que a provisão constituída, à luz do pronunciamento CPC 33 (R1), levava em consideração a premissa de que ao percentual de 70% das despesas assistenciais, todos os desembolsos futuros seriam arcados sem limite pela CAIXA. Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, no exercício de 2017, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 9.095.538 (31/12/2017 – R\$ 10.122.889; 30/09/2017 – R\$ 14.805.101).

(g.2) Auxílio e cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. De janeiro a setembro de 2018 foram concedidos 652 novos benefícios (No mesmo período de 2017 foram 507).

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2018 a agosto de 2019 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 773,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O Auxílio e cesta-alimentação para o período de setembro de 2018 a agosto de 2019 é de R\$ 609,88 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com Auxílio e cesta-alimentação é de R\$ 1.348.838 (31/12/2017 – R\$ 1.422.383; 30/09/2017 – R\$ 1.376.576).

(g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 62 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na modalidade de Benefício Definido (BD), são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

A seguir apresentamos os benefícios assegurados aos participantes e assistidos de cada plano:

Benefícios assegurados	REG/REPLAN		REB	Novo Plano
	Salgado	Não salgado		
Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria por invalidez	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria por idade	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria especial	-	Sim	-	-
Suplementação de pensão por morte	-	Sim	-	-
Suplementação de abono anual	-	Sim	-	-
Auxílio funeral	-	Sim	-	-
Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgates	-	Sim	Sim	Sim
Benefício programado pleno	Sim	-	-	Sim
Benefício programado antecipado	Sim	-	-	Sim
Benefício por invalidez	Sim	-	-	Sim
Abono anual	Sim	-	Sim	Sim
Benefício único antecipado	Sim	-	-	Sim
Pensão por morte	Sim	-	Sim	Sim
Pecúlio por morte	Sim	-	Sim	Sim
Renda vitalícia por tempo de contribuição	-	-	Sim	-
Renda vitalícia por aposentadoria por invalidez do participante licenciado	-	-	Sim	-
Renda vitalícia por aposentadoria por invalidez	-	-	Sim	-

• REG/REPLAN

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldado e não saldado, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldado houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto que na modalidade não saldado, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento tem como base a Resolução CGPC nº 26/2008 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldado.

Déficit	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado	
	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado em 30/09/2018	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado em 30/09/2018
Exercício 2014	208 meses	1.165.351	-	-
Exercício 2015	211 meses	3.555.592	237 meses	476.226
Exercício 2016	221 meses	5.021.387	241 meses	307.201
TOTAL		9.742.330		783.427

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 30/09/2018 o montante de R\$ 10.525.757 (31/12/2017 – R\$ 10.351.681; 30/09/2017 – R\$ 10.508.973), sendo R\$ 7.736.920 calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), complementado por R\$ 2.788.837 para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, de 01/01/2018 a 30/09/2018, montam R\$ 492.229 (01/01/2017 a 30/09/2017 – R\$ 115.924).

• REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

• Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

Em relação ao Novo Plano, em função das disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), a CAIXA mantém provisionado em 30/09/2018 o montante de R\$ 236.296 (31/12/2017 – R\$ 356.840; 30/09/2017 – R\$ 191.589)

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	30/06/2018 (1)			31/12/2017 (2)			30/06/2017 (3)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	85.711	71.577	157.288	87.379	72.471	159.850	92.904	59.885	152.789
Auxílio e cesta alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.935	15.935	-	16.020	16.020	-	15.678	15.678
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	62	62	-	65	65	-	65	65
REG/REPLAN saldado	13.957	42.902	56.859	15.104	41.868	56.972	17.598	38.877	56.475
REG/REPLAN não saldado	1.619	4.487	6.106	1.770	4.341	6.111	2.122	3.530	5.652
REB	6.499	924	7.423	6.686	874	7.560	7.063	757	7.820
Novo Plano	76.764	6.776	83.540	78.237	6.365	84.602	83.052	5.123	88.175

(1) Conforme posições de 30/04/2018 para Saúde CAIXA, Auxílio e cesta-alimentação e PREVHAB e 31/05/2018 para os demais.

(2) Conforme posições de 30/09/2017.

(3) Conforme posições de 31/03/2017 para Saúde CAIXA e Auxílio e cesta-alimentação, 30/09/2016 para PREVHAB e 30/04/2017 para os demais.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 30/09/2018, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o *Aging Factor*, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O *Aging Factor* adotado para 30/06/2018 é de 3,42%, obtido com base na experiência do Plano Saúde CAIXA de 2016.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017
Taxa anual de juros	10,20%	9,71%	9,86%	10,14%	9,60%	9,87%	10,01%	9,49%	9,88%
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benefícios (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de inflação média anual	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	10,01%	9,49%	9,88%
Taxa de rotatividade	0,92%	0,92%	1,08%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H - 55 / M - 52	H - 55 / M - 52	H - 55 / M - 52	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não Saldado			REB			Novo Plano		
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017
Taxa anual de juros	10,12%	9,60%	9,87%	10,14%	9,63%	9,87%	10,12%	9,62%	9,88%	10,17%	9,57%	9,88%
Aumento anual dos salários (projeção)	4,00%	4,00%	4,00%	6,35%	6,35%	6,43%	7,17%	7,17%	7,31%	7,31%	7,31%	6,49%
Aumento anual dos benefícios (projeção)	N/A	N/A	N/A	4,00%	4,00%	5,79%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de inflação média anual	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	10,12%	9,60%	9,87%	10,14%	9,63%	9,87%	10,12%	9,62%	9,88%	10,17%	9,57%	9,88%
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2017	Experiência FUNCEF Novo Plano 2017	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Experiência entrada em aposentadoria 2016	Experiência entrada em aposentadoria 2016	H - 53 / M - 48	Experiência entrada em aposentadoria 2016	Experiência entrada em aposentadoria 2016	H - 55 / M - 52	H - 55 M - 55	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	Experiência entrada em aposentadoria Novo Plano 2016	Experiência entrada em aposentadoria Novo Plano 2016	Experiência entrada em aposentadoria Novo Plano 2015

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O Valor Presente da Obrigação Atuarial – VPOA representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípua é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017
VPOA no início do período	(10.122.889)	(13.541.692)	(13.541.692)	(1.422.383)	(1.331.503)	(1.331.503)	(62.431)	(51.831)	(51.831)
Custo do serviço corrente	(136.690)	(235.069)	(113.712)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	(475.631)	(1.363.490)	(659.427)	(65.084)	(128.240)	(63.523)	(2.812)	(4.751)	(2.136)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	1.490.081	(692.250)	(392.149)	79.580	(89.484)	(43.415)	6.331	(11.220)	(4.101)
Ajuste de experiência	597.721	(129.993)	(343.849)	19.718	(46.775)	(29.505)	3.975	(7.991)	(3.281)
Alterações premissas demográficas	-	(54.561)	-	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	892.360	(507.696)	(48.300)	59.862	(42.709)	(13.910)	2.356	(3.229)	(820)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	2.547	5.371	2.492
Benefícios pagos diretamente pela empresa	275.953	449.102	210.357	58.223	126.844	61.990	-	-	-
Custo do serviço passado	-	5.260.510	-	-	-	-	-	-	-
VPOA no final do período	(8.969.176)	(10.122.889)	(14.496.623)	(1.349.664)	(1.422.383)	(1.376.451)	(56.365)	(62.431)	(55.576)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017
VPOA no início do período	(54.795.804)	(49.346.014)	(49.346.014)	(6.631.222)	(5.083.154)	(5.083.154)	(426.439)	(341.032)	(341.032)	(1.900.692)	(1.206.044)	(1.206.044)
Custo do serviço corrente	-	-	-	(3.821)	(12.846)	(6.234)	(728)	(2.311)	(962)	(6.460)	(4.417)	(503)
Custo de juros	(2.544.153)	(4.986.596)	(2.381.922)	(310.880)	(528.933)	(246.446)	(19.569)	(35.185)	(16.524)	(89.007)	(123.833)	(59.520)
Contribuições pagas de participantes	(13.923)	(63.575)	(63.575)	(8.004)	(33.523)	(16.165)	(2.077)	(2.088)	(546)	-	(701)	(200)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	2.034.880	(3.533.846)	(4.435.391)	509.728	(1.225.654)	(653.908)	19.161	(75.189)	(47.820)	66.473	(647.575)	(106.756)
Ajuste de experiência	(480.863)	(2.024.881)	(4.377.397)	187.706	(1.005.924)	(649.424)	(9.247)	(55.743)	(43.859)	(115.357)	(455.811)	(69.340)
Alterações premissas demográficas	(285.345)	722.919	722.919	(51.393)	(22.363)	(22.363)	(1.146)	-	-	(1.746)	(48.930)	(39.660)
Alterações premissas financeiras	2.801.088	(2.231.884)	(780.913)	373.415	(197.367)	17.879	29.554	(19.446)	(3.961)	183.576	(142.834)	2.244
Benefícios pagos diretamente pelo plano	1.615.807	3.134.227	1.657.267	140.696	252.888	117.829	15.633	29.366	15.018	55.067	81.878	39.809
VPOA no final do período	(53.703.193)	(54.795.804)	(54.569.635)	(6.303.503)	(6.631.222)	(5.888.078)	(414.019)	(426.439)	(391.866)	(1.874.619)	(1.900.692)	(1.333.214)

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

Descrição	Saúde CAIXA (1)	Auxílio e cesta-alimentação (1)	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 30/06/2019	637.831	133.350	6.462	3.690.635	353.115	31.440	93.501
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 30/06/2020	610.432	120.572	6.012	3.542.770	342.424	29.504	93.279
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 30/06/2021	580.649	109.741	5.440	3.389.480	333.324	27.663	92.103
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 30/06/2022	548.994	99.970	4.907	3.222.754	322.263	25.917	90.291
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 30/06/2023 ou posterior	6.591.270	886.031	33.544	39.857.554	4.952.377	299.495	1.505.445
Total	8.969.176	1.349.664	56.365	53.703.193	6.303.503	414.019	1.874.619
<i>Duration</i> do passivo atuarial na data-base de 30/06/2018	20,86 anos	12,23 anos	7,52 anos	11,24 anos	12,88 anos	11,31 anos	15,06 anos

 (1) *Duration* do passivo atuarial na data-base de 31/12/2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.6) Conciliação dos saldos do Valor Justo dos Ativos dos Planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos dos Planos – VJAP:

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado		
	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017
VJAP no início do período	62.431	51.831	51.831	36.376.829	34.863.940	34.864.000	4.346.836	4.256.614	4.256.614
Receitas de juros	2.812	4.751	2.136	1.699.779	3.350.581	1.662.710	202.053	408.555	205.745
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(6.331)	11.220	4.101	2.403.831	865.492	380.764	364.728	(120.307)	(118.254)
Contribuições do empregador	-	-	-	296.043	228.867	66.542	21.698	21.339	9.867
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	443.013	202.116	63.575	27.519	33.523	16.165
Benefícios pagos pelo plano	(2.547)	(5.371)	(2.492)	(1.615.807)	(3.134.227)	(1.657.267)	(140.696)	(252.888)	(117.829)
VJAP no final do período	56.365	62.431	55.576	39.603.688	36.376.769	35.380.324	4.822.138	4.346.836	4.252.308

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REB			Novo Plano		
	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017
VJAP no início do período	384.385	318.259	318.259	1.187.011	651.598	651.598
Receitas de juros	17.719	31.771	15.405	57.652	79.642	32.409
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	47.774	59.524	24.474	152.290	484.284	269.373
Contribuições do empregador	1.990	2.110	557	31.117	52.664	23.882
Contribuições de participantes do plano	2.077	2.087	545	-	701	200
Benefícios pagos pelo plano	(15.632)	(29.366)	(15.018)	(55.067)	(81.878)	(39.809)
VJAP no final do período	438.313	384.385	344.222	1.373.003	1.187.011	937.653

(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado		
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	56,18%	58,71%	57,66%	56,46%	58,30%	58,66%
Renda Variável	-	-	-	22,95%	22,01%	21,68%	25,98%	25,06%	23,60%
Investimentos Estruturados	-	-	-	4,97%	5,10%	5,91%	4,44%	4,68%	5,38%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	10,79%	11,26%	11,64%	9,85%	10,49%	10,79%
Operações com Participantes	-	-	-	2,79%	2,92%	3,11%	1,41%	1,47%	1,57%
Outros Investimentos	-	-	-	2,32%	-	-	1,86%	-	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REB			Novo Plano		
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017
Renda Fixa	61,10%	61,42%	61,46%	70,10%	69,93%	72,11%
Renda Variável	25,38%	24,64%	23,05%	20,58%	20,30%	17,65%
Investimentos Estruturados	4,06%	4,34%	4,48%	2,60%	2,89%	2,60%
Investimentos Imobiliários	3,03%	3,33%	3,48%	0,44%	0,50%	0,46%
Operações com Participantes	5,65%	6,27%	7,53%	6,15%	6,38%	7,18%
Outros Investimentos	0,78%	-	-	0,13%	-	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:

Descrição	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Caderneta de Poupança - Carteira Própria	4.209.356	377.784	215.876	1.238.621
Fundos de Investimentos - Carteira Própria	33.057.176	4.040.089	1.778.802	12.651.383
Imóveis - Locados à CAIXA	4.509.291	482.887	62.374	61.936
Total	41.775.823	4.900.760	2.057.052	13.951.940

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017
VPOA no final do período	(8.969.176)	(10.122.889)	(14.496.623)	(1.349.664)	(1.422.383)	(1.376.451)	(56.365)	(62.431)	(55.576)
VJAP no final do período	-	-	-	-	-	-	56.365	62.431	55.576
Superávit/ (déficit) do plano	(8.969.176)	(10.122.889)	(14.496.623)	(1.349.664)	(1.422.383)	(1.376.451)	-	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (<i>Risk Sharing</i>)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(8.969.176)	(10.122.889)	(14.496.623)	(1.349.664)	(1.422.383)	(1.376.451)	-	-	-

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017
VPOA no final do período	(53.703.193)	(54.795.804)	(51.333.516)	(6.303.503)	(6.631.222)	(5.536.907)	(414.019)	(426.439)	(391.866)	(1.874.619)	(1.900.691)	(1.333.214)
VJAP no final do período	39.603.688	36.376.829	35.380.324	4.822.138	4.346.836	4.252.308	438.313	384.385	344.222	1.373.003	1.187.011	937.653
Superávit/ (déficit) do plano	(14.099.505)	(18.418.975)	(15.953.192)	(1.481.365)	(2.284.386)	(1.284.599)	24.294	(42.054)	(47.644)	(501.616)	(713.680)	(395.561)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (<i>Risk Sharing</i>)	7.049.752	9.209.488	7.976.596	740.683	1.142.193	642.299	(24.294)	21.027	23.822	250.808	356.840	197.780
Ativo/ (passivo) líquido	(7.049.753)	(9.209.487)	(7.976.596)	(740.682)	(1.142.193)	(642.300)	-	(21.027)	(23.822)	(250.808)	(356.840)	(197.781)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

O plano de benefícios Assistidos PREVHAB não possui (passivo) ativo líquido, uma vez que o Valor Presente da Obrigação Atuarial – VPOA é igual ao Valor Justo dos Ativos do Plano – VJAP, conforme demonstrado no item i.9.

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/ e cesta-alimentação			REB		
	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(10.122.889)	(13.541.692)	(13.541.692)	(1.422.383)	(1.331.503)	(1.331.503)	(21.027)	(11.387)	(11.387)
Custo do serviço	(136.690)	(235.069)	(113.712)	-	-	-	(728)	(2.311)	(962)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(475.631)	(1.363.490)	(659.427)	(65.084)	(128.240)	(63.523)	(925)	(1.708)	(560)
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	1.990	2.110	557
Benefícios pagos diretamente pela empresa	275.953	449.102	210.357	58.223	126.844	61.990	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	1.490.081	(692.250)	(392.149)	79.580	(89.484)	(43.415)	20.690	(7.731)	(11.470)
Custo do serviço passado	-	5.260.510	-	-	-	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(8.969.176)	(10.122.889)	(14.496.623)	(1.349.664)	(1.422.383)	(1.376.451)	-	(21.027)	(23.822)

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			Novo Plano		
	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(9.209.488)	(7.241.007)	(7.241.007)	(1.142.193)	(413.270)	(413.270)	(356.840)	(277.223)	(277.223)
Custo do serviço	-	-	-	(3.821)	(12.846)	(6.234)	(6.460)	(4.417)	(503)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(422.187)	(818.007)	(359.606)	(54.413)	(60.189)	(20.351)	(15.677)	(22.095)	(13.555)
Contribuições da empresa	296.043	228.867	66.542	21.698	21.338	9.867	31.116	52.664	23.882
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	2.285.879	(1.379.340)	(2.060.585)	438.047	(677.226)	(387.897)	97.053	(105.769)	69.619
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(7.049.753)	(9.209.487)	(9.594.656)	(740.682)	(1.142.193)	(817.885)	(250.808)	(356.840)	(197.780)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o semestre:

(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Custo do serviço corrente	(130.546)	-	-	(2.230)	305	2.338
Custo de juros sobre o VPOA	(441.094)	65.022	2.622.764	310.513	20.144	92.922
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	(1.952.760)	(237.681)	(21.578)	(69.035)
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	1.434	-
Juros sobre o efeito da obrigação atuarial (<i>Risk Sharing</i>)	-	-	(356.548)	(37.538)	-	(12.750)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(571.640)	65.022	313.456	33.064	305	13.475

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Benefícios	318.916	66.675	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	8.189	2.029	31.733
Contribuições extraordinárias	-	-	426.013	21.942	13	10.765
Total dos pagamentos esperados para o plano	318.916	66.675	426.013	30.131	2.042	42.498

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		Aging Factor (1)		1º semestre 2018
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1,00%	- 1,00%	+ 1,00%	- 1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(443.103)	(438.307)	(441.170)	(440.970)	N/A	N/A	(531.448)	(371.510)	(475.631)
Valor presente das obrigações atuariais	(9.019.399)	(8.903.711)	(9.188.089)	(8.759.834)	N/A	N/A	(10.827.113)	(7.541.197)	(8.969.176)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	(63.351)	(66.677)	(65.382)	(64.644)	N/A	N/A	N/A	N/A	(65.084)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.316.695)	(1.382.317)	(1.325.722)	(1.374.471)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.349.664)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(2.608)	(2.712)	(2.674)	(2.644)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.812)
Valor presente das obrigações atuariais	(55.338)	(57.404)	(55.355)	(57.410)	N/A	N/A	N/A	N/A	(56.365)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	(2.630.585)	(2.677.319)	(2.670.579)	(2.667.891)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.544.153)
Valor presente das obrigações atuariais	(52.935.182)	(53.859.212)	(52.452.371)	(55.009.561)	N/A	N/A	N/A	N/A	(53.703.193)
REG/REPLAN Não saldado									
Custo dos serviços	4.265	(880)	1.163	1.678	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.821)
Custo dos juros	(313.432)	(302.696)	(309.568)	(311.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(310.880)
Valor presente das obrigações atuariais	(6.361.085)	(6.149.252)	(6.137.815)	(6.481.286)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.303.503)
REB									
Custo dos serviços	(220)	(321)	(194)	(358)	N/A	N/A	N/A	N/A	(728)
Custo dos juros	(20.121)	(20.826)	(20.513)	(20.570)	N/A	N/A	N/A	N/A	(19.569)
Valor presente das obrigações atuariais	(405.703)	(419.638)	(403.661)	(424.877)	N/A	N/A	N/A	N/A	(414.019)
Novo Plano									
Custo dos serviços	(1.802)	(2.650)	(1.106)	(3.563)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.460)
Custo dos juros	(188.470)	(189.200)	(186.958)	(191.768)	N/A	N/A	N/A	N/A	(89.007)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.877.080)	(1.884.257)	(1.818.075)	(1.957.071)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.874.619)

(1) Aging Factor adotado a partir de 31/12/2017 em substituição ao HCCTR (Taxa de Crescimento dos Custos Médicos)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		Aging Factor (1)		Exercício 2017
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1,00%	- 1,00%	+ 1,00%	- 1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(477.760)	(472.661)	(475.567)	(475.633)	N/A	N/A	(577.450)	(397.528)	(1.363.490)
Valor presente das obrigações atuariais	(10.177.672)	(10.049.543)	(9.876.703)	(10.380.711)	N/A	N/A	(12.312.672)	(8.446.647)	(10.122.889)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	(63.394)	(66.762)	(65.470)	(64.679)	N/A	N/A	N/A	N/A	(128.240)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.387.157)	(1.457.359)	(1.395.759)	(1.450.008)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.422.383)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(2.788)	(2.933)	(2.879)	(2.842)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.751)
Valor presente das obrigações atuariais	(60.432)	(63.506)	(60.790)	(63.206)	N/A	N/A	N/A	N/A	(62.431)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	(2.528.266)	(2.757.924)	(2.624.694)	(2.648.501)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.986.596)
Valor presente das obrigações atuariais	(152.529.076)	(57.300.498)	(53.152.142)	(56.494.221)	N/A	N/A	N/A	N/A	(54.795.804)
REG/REPLAN Não saldado									
Custo dos serviços	(3.099)	(3.912)	(3.205)	(3.775)	N/A	N/A	N/A	N/A	(12.846)
Custo dos juros	(271.849)	(297.296)	(282.318)	(285.387)	N/A	N/A	N/A	N/A	(528.933)
Valor presente das obrigações atuariais	(15.820.321)	(6.349.003)	(5.889.358)	(6.259.666)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.631.222)
REB									
Custo dos serviços	(604)	(731)	(316)	(697)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.311)
Custo dos juros	(19.086)	(20.852)	(19.997)	(19.840)	N/A	N/A	N/A	N/A	(35.185)
Valor presente das obrigações atuariais	(408.799)	(445.932)	(417.187)	(435.919)	N/A	N/A	N/A	N/A	(426.439)
Novo Plano									
Custo dos serviços	(5.045)	(6.836)	(2.680)	(6.447)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.417)
Custo dos juros	(172.469)	(188.315)	(89.917)	(90.024)	N/A	N/A	N/A	N/A	(123.833)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.822.066)	(1.987.571)	(1.851.187)	(1.951.636)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.900.691)

 (1) *Aging Factor* adotado a partir de 31/12/2017 em substituição ao HCCTR (Taxa de Crescimento dos Custos Médicos)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR (1)		1º semestre 2017
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1,00%	- 1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	725.676	680.751	692.591	714.184	N/A	N/A	838.148	598.421	(659.427)
Valor presente das obrigações atuariais	14.946.339	14.006.219	13.916.083	15.079.243	N/A	N/A	17.217.714	12.352.734	(14.496.623)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	63.087	66.339	65.071	64.350	N/A	N/A	N/A	N/A	(63.523)
Valor presente das obrigações atuariais	1.343.398	1.409.326	1.351.021	1.402.908	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.376.451)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	2.613	2.745	2.688	2.669	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.136)
Valor presente das obrigações atuariais	54.230	56.907	54.405	56.774	N/A	N/A	N/A	N/A	(55.576)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	2.508.132	2.465.797	2.481.520	2.496.474	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.381.922)
Valor presente das obrigações atuariais	51.710.229	50.848.731	49.925.127	52.784.981	N/A	N/A	N/A	N/A	(51.333.516)
REG/REPLAN Não saldado									
Custo dos serviços	8.360	3.247	5.683	6.365	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.234)
Custo dos juros	274.444	263.360	267.650	270.731	N/A	N/A	N/A	N/A	(246.446)
Valor presente das obrigações atuariais	5.641.850	5.417.253	5.370.207	5.709.179	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.536.907)
REB									
Custo dos serviços	1.220	1.228	597	1.262	N/A	N/A	N/A	N/A	(962)
Custo dos juros	19.246	18.679	19.056	18.945	N/A	N/A	N/A	N/A	(16.524)
Valor presente das obrigações atuariais	396.734	385.249	383.348	400.593	N/A	N/A	N/A	N/A	(391.866)
Novo Plano									
Custo dos serviços	2.911	4.198	3.147	3.989	N/A	N/A	N/A	N/A	(503)
Custo dos juros	65.237	64.606	64.993	65.168	N/A	N/A	N/A	N/A	(59.520)
Valor presente das obrigações atuariais	1.335.999	1.323.223	1.298.586	1.368.848	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.333.214)

(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida:

Descrição	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017
REB	21.476	43.014	21.705
Novo Plano	412.840	841.409	428.523
Total	434.316	884.423	450.228

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:

Descrição	1º semestre 2018	Exercício 2017	1º semestre 2017
Causas judiciais	12.191	7.674	3.877
Total	12.191	7.674	3.877

Nota 30 – Partes relacionadas**(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Entidade	Relacionamento
União	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR	Controlada Direta
CAIXA Seguridade	
CAIXA Instantânea	
Banco PAN S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Capgemini S.A.	
ELO Serviços S.A.	
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	
CAIXA Seguros Holding S.A.	Coligada Indireta
Cia Brasileira de Securitização - CIBRASEC	
Petrobras	Entidades controladas pela União
Eletrobrás	
Banco do Brasil	
Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES	
Banco do Nordeste	
Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

A União está representada pelas transações com seus respectivos Ministérios e com a Secretaria do Tesouro Nacional. As transações realizadas com as Controladas Diretas são eliminadas quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA Seguros Holding S.A. é uma entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros que apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

As entidades que são controladas, ou sofrem influência significativa de forma direta ou indireta da União estão classificadas no item "Outras entidades".

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a TECBAN, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 30/09/2018, o montante dos numerários da CAIXA em poder da TECBAN era de R\$ 1.980.284 (31/12/2017 – R\$ 2.414.846; 30/09/2017 – R\$ 1.758.609). A ELO presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu relacionamento com a União, que, em 30/09/2018, totalizavam R\$ 3.289.385 (31/12/2017 – R\$ 2.785.271; 30/09/2017 – R\$2.905.544). Do montante apresentado em 30/09/2018, R\$ 1.666.922 está constituído por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresentam os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.

Descrição	30/09/2018			31/12/2017			30/09/2017		
	Controladora	Controle conjunto e Coligadas	Outras entidades	Controladora	Controle conjunto e Coligadas	Outras entidades	Controladora	Controle conjunto e Coligadas	Outras entidades
ATIVO:	3.289.385	27.989.259	8.225.350	2.785.271	32.645.298	5.189.532	2.905.544	33.891.814	4.819.886
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	7.825.568	1.000.159	-	8.913.230	55.401	-	9.907.114	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	2.372.699	7.121.300	-	2.387.905	5.069.634	-	2.397.708	4.755.039
Rendas a receber	1.633.909	13.600	6.104	1.101.210	29.358	1.421	1.309.486	11.573	1.493
Operações de crédito - Setor Público	52.277	-	-	71.439	-	-	76.517	-	-
Operações de crédito - Setor Privado (1)	-	14.287.345	-	-	17.382.296	-	-	18.185.492	-
Outros créditos	1.603.199	2.837.637	58.483	1.612.622	3.339.036	58.798	1.519.541	3.317.832	59.089
Outros valores e bens	-	652.410	39.304	-	593.473	4.278	-	72.095	4.265
PASSIVO:	9.842.514	9.471.184	29.199.922	14.067.926	9.824.854	31.505.932	8.264.826	9.662.255	32.074.677
Depósitos	210.776	118.361	130.332	593.372	22.939	633.560	207.863	55.119	829.860
Captações no mercado aberto	-	168.028	-	-	-	-	-	1.100	-
Repasses do país - instituições oficiais	2.656.324	-	29.020.443	2.781.769	-	30.825.494	2.877.161	-	31.185.738
Obrigações por fundos e programas sociais	4.576.137	-	44.783	3.889.920	-	43.134	4.002.686	-	42.441
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	2.349.318	-	-	6.745.762	-	-	1.113.038	-	-
Obrigações diversas	49.959	9.184.795	4.364	57.103	9.801.915	3.744	64.078	9.606.036	16.638

(1) No "Controle conjunto e Coligadas" os itens são compostos em sua totalidade pelas aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de crédito junto ao Banco PAN.

No relacionamento com a União, o item "Obrigações por fundos e programas sociais" totalizou R\$ 3.045.131 em 31/12/2017 e R\$ 451,439 em 30/09/2017, tendo seu valor alterado em decorrência de atualização de sua composição. As "Obrigações diversas" reduziram de R\$ 76.480 para R\$ 49.959 em 31/12/2017 em função de reclassificação para o item "Obrigações por fundos e programas sociais".

Em Outras entidades, o valor de "Outros créditos" foi alterado em decorrência de atualização de sua composição (o valor divulgado em 31/12/2017 foi R\$ 0,00). "Outros valores e bens" totalizaram R\$ 64.497 em 31/12/2017 e R\$ 0,00 em 30/09/2017, tendo seu valor alterado em decorrência de atualização de sua composição. "Repasses do país – instituições oficiais" totalizaram R\$ 30.814.153 em 31/12/2017 e 0,00 em 30/09/2017, tendo seu valor alterado em decorrência de atualização de sua composição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.

Descrição	3º trimestre - 2018			Acumulado setembro - 2018			3º trimestre - 2017			Acumulado setembro - 2017		
	Controladora	Controle conjunto e Coligadas	Outras entidades	Controladora	Controle conjunto e Coligadas	Outras entidades	Controladora	Controle conjunto e Coligadas	Outras entidades	Controladora	Controle conjunto e Coligadas	Outras entidades
RECEITAS:	325.825	578.581	194.779	1.030.990	1.751.089	387.079	298.426	593.053	85.748	866.581	1.627.909	278.048
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	131.849	-	-	439.514	-	-	259.304	-	-	523.435	-
Rendas prestação serviços	265.671	196.697	14.956	651.285	619.494	26.147	252.638	180.520	4.600	705.590	603.315	15.791
Outras receitas operacionais	60.154	250.035	179.823	379.705	692.081	360.932	45.788	153.229	81.148	160.991	501.159	262.257
DESPESAS:	(6.643)	(625.320)	(800.386)	(10.589)	(2.082.327)	(2.520.528)	(12.719)	(660.309)	(790.558)	(20.032)	(1.876.628)	(2.538.488)
Operações de captação no mercado	-	(315)	-	-	(642)	-	-	(148)	-	-	(352)	-
Pessoal	-	-	(174.564)	-	-	(600.196)	-	-	(113.959)	-	-	(560.067)
Administrativas	-	-	(16.889)	-	-	(45.281)	-	-	(37.439)	-	-	(73.143)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	(142.663)	-	-	(525.090)	-	-	(180.169)	-	-	(608.682)	-
Outras despesas operacionais	(6.643)	(482.342)	(608.933)	(10.589)	(1.556.595)	(1.875.051)	(12.719)	(479.992)	(639.160)	(20.032)	(1.267.594)	(1.905.278)

No relacionamento com a União, “Rendas de prestação de serviços” no 3º trimestre e acumulado setembro de 2017 tiveram seus valores alterados em decorrência de atualização de sua composição. “Outras receitas operacionais” totalizou R\$ 20.979 no 3º trimestre de 2017 e no acumulado de setembro de 2017 totalizou 68.769 tendo seu valor alterado em decorrência de atualização de sua composição. “Outras despesas operacionais” totalizou R\$ (1.128) no 3º trimestre de 2017, tendo seu valor alterado em decorrência de atualização de sua composição.

No relacionamento com as Controle conjunto e Coligadas, o item “Outras despesas operacionais” é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes com terminais de auto atendimento da TECBAN. “Outras despesas operacionais” totalizou R\$ (365.054) no 3º trimestre de 2017, tendo seu valor alterado em decorrência de atualização de sua composição.

Outras entidades contém despesas com remuneração de operações de repasses relativas ao Fundo da Marinha Mercante, BNDES, FAR, FAT e pelas despesas de compartilhamento de rede com o Banco do Brasil. “Rendas de prestação de serviços” e “Outras receitas operacionais” no 3º trimestre de 2017, tiveram seus valores alterados em decorrência de atualização de sua composição. “Outras despesas operacionais” totalizou R\$ 0,00 no 3º trimestre de 2017, tendo seu valor alterado em decorrência de atualização de sua composição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos) são apresentados como segue:

Descrição	2018		2017	
	3º trimestre	Acumulado de setembro	3º trimestre	Acumulado de setembro
Benefícios de curto prazo	6.051	27.485	8.027	22.964
Proventos	4.405	15.090	5.142	16.245
Diretoria	3.581	12.651	4.551	14.501
Conselho de Administração	123	313	98	289
Conselho Fiscal	73	248	83	230
Comitê de Auditoria	427	1.276	410	1.225
Comitê Independente de Risco	201	602	-	-
Remuneração variável	-	6.642	820	864
Diretoria	-	6.642	820	864
Benefícios	340	853	263	674
Diretoria	340	853	263	674
Treinamento	17	45	87	266
Encargos Sociais	1.289	4.855	1.715	4.915
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	106	899	10	1.907
Benefícios pós emprego	262	893	360	1.122
Previdência Complementar	262	893	360	1.122

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio moradia, plano de saúde e seguro de vida aos membros da diretoria.

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, conselho de administração e conselho fiscal da CAIXA.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública, é permitido ao pessoal-chave da administração a realização de operações de empréstimos ou adiantamentos nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

(e) Média salarial

Descrição	30/09/2018 (valores em R\$)		31/12/2017 (valores em R\$)		30/09/2017 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.197	53.963	56.196	45.163	56.197	45.433
Salário médio	45.148	9.824	45.346	9.207	45.244	9.156
Menor salário	41.868	2.832	41.867	2.697	41.868	2.697
Benefícios	7.327	3.212	10.745	2.217	6.482	2.692

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

Os riscos considerados como relevantes são: Risco de Crédito; Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Operacional; Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação; Risco de Estratégia; Risco de Reputação e Risco Socioambiental.

Em atendimento à Resolução CMN nº4.502/2016 as instituições financeiras devem elaborar plano de recuperação objetivando o restabelecimento dos níveis adequados de capital e liquidez, bem como preservar a viabilidade da instituição e a estabilidade regular do Sistema Financeiro Nacional, em resposta a situações de estresse.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, bem como do Plano de Recuperação está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Informações Financeiras, Relatórios de Gerenciamento de Risco e Capital.

(a) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Patrimônio de Referência – PR	105.433.100	93.464.469	84.736.623
Nível I	70.697.095	59.387.930	53.062.912
Capital Principal – CP	70.697.095	59.387.930	53.062.912
Patrimônio Líquido	84.542.985	71.383.553	67.284.744
Ajustes prudenciais	(13.845.890)	(11.995.623)	(14.221.832)
Capital Complementar – CC	-	-	-
Nível II	34.736.004	34.076.539	31.673.710
Ativos ponderados pelo risco – RWA	531.582.108	529.502.315	556.135.226
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	449.935.860	458.355.599	485.079.635
Risco de mercado – RWA_{MPAD}	10.129.618	9.657.268	9.566.143
Risco operacional – RWA_{OPAD}	71.516.630	61.489.448	61.489.448
Adicional de Capital Principal - ACP	12.625.075	7.942.535	-
Patrim. de Referência Mínimo Requerido - PRMR ($RWA \cdot Fator F$) + ACP	58.474.032	56.921.499	51.442.508
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	1.364.541	1.333.900	1.374.370
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	45.594.526	35.209.070	31.919.745
Índice de capital principal (CP / RWA)	13,30%	11,22%	9,54%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	13,30%	11,22%	9,54%
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,83%	17,65%	15,24%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	8,63%	9,25%	9,25%

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/09/2018 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(258.505)	(6.199.082)	(11.858.915)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(1.573)	(135.011)	(569.394)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(245.112)	(4.686.320)	(7.316.554)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(207)	(5.332)	(10.854)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Outras informações**(a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA**

Descrição	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2017
Fundos de ações	16.307.639	14.068.151	13.545.228
Fundos de investimento financeiro	231.099.499	202.325.000	198.269.683
Fundos de investimento em cotas - FIC (1)	168.183.545	142.961.908	138.658.492
Total	415.590.683	359.355.059	350.473.403

(1) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 97.048 em 30/09/2018 (31/12/2017 - R\$ 100.188; 30/09/2017 – R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

Nota 33 – Eventos subsequentes

Foi finalizado o primeiro ciclo do processo seletivo para cargos da alta administração, com a escolha de quatro novos executivos para assumir as vice-presidências de Governo, de Fundos de Governo e Loterias, de Habitação e Corporativo do banco. Os cargos foram definidos por meio de seleção pública coordenada por *headhunters* da Russel Reynolds, empresa internacionalmente reconhecida por realizar o recrutamento e seleção de *CEOs* (*Chief Executive Officer*).

Iniciado em agosto de 2018 em cumprimento ao disposto no Estatuto da Caixa (artigos 15 a 19), o novo modelo é fruto do aprimoramento da política interna de seleção e de sucessão, que visa apresentar diretrizes claras para o provimento de funções gratificadas, fortalecendo ainda mais a governança do banco. Atualmente, todas as funções técnicas e de gestão são providas por meio de processo seletivo.

Para a Vice-presidência de Governo, foi selecionado o bacharel em Economia, João Carlos Gonçalves da Silva. Formado pela PUC de São Paulo, o novo vice-presidente da Caixa também possui especialização em Administração Financeira pela USP e, em 2018, atuou como diretor presidente e de Relações com Investidores da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos (SPDA).

Assumirá a Vice-presidência do Corporativo o também economista João Eduardo de Assis Pacheco. O novo vice-presidente também possui MBA Executivo pelo Coppead/ UFRJ, além de 32 anos de experiência no mercado financeiro, com vivência na execução de projetos organizacionais.

Roberto Barros Barreto, admitido na Caixa em setembro de 1981, foi o executivo escolhido para a Vice-presidência de Fundo de Governos e Loterias. O empregado iniciou sua trajetória na Caixa atuando em áreas responsáveis por produtos e serviços bancários, processos administrativos e especializados. É administrador, pós-graduado em Gestão de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, com MBA em Gestão Empresarial. Ocupa o cargo de diretor executivo de Serviços de Governo desde 2011.

Outro empregado também escolhido no processo foi Jair Luis Mahl. O novo vice-presidente de Habitação é graduado em Administração de Empresas, pós-graduado em Controladoria e em Gestão Pública, e especialista em Gerenciamento e Gestão Financeira em Mercado de Capitais. Trabalha na Caixa desde 1990, tendo atuado na rede de atendimento e em diversas áreas negociais. Desde 2016 é diretor de Reestruturação de Operações e Novos Negócios de Grandes Clientes, área responsável pela negociação de soluções para os maiores clientes da Caixa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os novos vice-presidentes foram eleitos pelo Conselho de Administração da Caixa em reunião realizada em 1º de novembro de 2018.

Nelson Antonio de Souza
Presidente

Fabio Lenza
Vice-presidente

Jair Luis Mahl
Vice-presidente interino

Jose Antônio Eirado Neto
Vice-presidente

Marcelo Campos Prata
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Arno Meyer
Vice-presidente

Paulo Antunes de Siqueira
Vice-presidente interino

Paulo Henrique Angelo Souza
Vice-presidente

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Vice-presidente interino

Roberto Barros Barreto
Vice-presidente interino

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF



Relatório de revisão das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

**Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas (“CAIXA” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme mencionado na Nota 2(d) às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais nas operações citadas na referida Nota, a administração da CAIXA tomou conhecimento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Em decorrência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, foi constituído um Comitê Independente específico e contratados especialistas independentes para conduzir investigações relacionadas às alegações e identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os eventuais conseqüentes impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXA.



Caixa Econômica Federal - CAIXA

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Conseqüentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de 30 de setembro de 2018.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção anterior intitulada “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, que descreve que, em 30 de setembro de 2018, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 28.501 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam a R\$ 13.351 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.652 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 18.801 milhões, em 30 de setembro de 2018, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20(d) às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, que descreve que, em 30 de setembro de 2018, a CAIXA possui R\$ 39.276 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, líquido de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.084 milhões. O valor registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Caixa Econômica Federal - CAIXA

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 30 de setembro de 2018, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 957 milhões, já considerado o percentual de participação da CAIXA, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Pan S.A. em 3 de agosto de 2018, cujas principais premissas utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Não apresentação das demonstrações contábeis individuais intermediárias

Conforme mencionado na Nota 2(a) às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, a partir de 31 de março de 2015, a administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais intermediárias da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXA e suas controladas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 13 de novembro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer nº 22/2018, da Ata nº 760, de 13/11/2018

Assunto: Balancete Mensal de Setembro, Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao 3º (terceiro) trimestre de 2018.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Inciso II do Artigo 59 do Estatuto Social da Empresa, **analisou** o Balancete Mensal de Setembro, as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e a Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao 3º (terceiro) trimestre de 2018, aprovados pelas Resoluções do Conselho Diretor nº 8.111/2018, de 06/11/2018, e do Conselho de Administração nº 631, de 13/11/2018, e, tomando por base a manifestação da Auditoria Interna e o Parecer da PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes, **recomenda** que sejam observados, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA: **1)** os apontamentos da Auditoria Interna; **2)** as ênfases da Auditoria Independente; e **3)** a ressalva da Auditoria Independente, visto que "*a administração da CAIXA tomou conhecimento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Em decorrência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, foi constituído um Comitê Independente específico e contratados especialistas independentes para conduzir investigações relacionadas às alegações e identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os eventuais consequentes impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXA. Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de 31 de março de 2018*". **Observado o exposto, o Colegiado não identifica óbices à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.**

Brasília, 13 de novembro de 2018.

DANIEL DE SABÓIA XAVIER
Conselheiro

CRISTIANO NEUENSCHWANDER
LINS DE MORAIS
Conselheiro

CÉSAR ALMEIDA DE
MENESES SILVA
Conselheiro Suplente

MÁRCIA FERNANDA DE
OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Presidente